

# Diário do Legislativo de 03/10/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes: Amílcar Martins e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Pastor George

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

9) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

10) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

11) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão	PMDB	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PSDB	Vice-Presidente
Deputado Sebastião Navarro Vieira	PFL	
Deputado Cristiano Canêdo	PTB	
Deputado Cabo Morais	PL	
Deputado Sargento Rodrigues	PSB	
Deputado Antônio Genaro	PSD	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira	PMDB	
Deputado Miguel Martini	PSB	
Deputado Bilac Pinto	PFL	
Deputado Arlen Santiago	PTB	
Deputado Agostinho Silveira	PL	
Deputado Chico Rafael	PSB	
Deputado Irani Barbosa	PSD	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues	PMDB	Presidente
Deputado Ailton Vilela	PTB	Vice-Presidente

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Pinduca Ferreira PPB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José Hauelsen PT Presidente

Deputado João Paulo Vice-Presidente

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende Presidente

Deputado Durval Ângelo PT Vice-Presidente

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB  
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau	PFL	Presidente
Deputado Antônio Carlos Andrada	PSDB	Vice-Presidente
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva		

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa	PFL	
Deputado Amilcar Martins	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Cristiano Canêdo	PTB	
Deputado Antônio Genaro	PSD	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Anderson Aداuto	PMDB	
Deputado Rêmolo Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Luiz Fernando Faria	PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Sebastião Navarro Vieira	PFL	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	

Deputado Gil Pereira            PPB

Deputado Durval Ângelo        PT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton            PL        Presidente

Deputado Fábio Avelar        PTB      Vice-Presidente

Deputado Antônio Andrade    PMDB

Deputado Miguel Martini      PSB

Deputado Maria José Haueisen PT

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George        PL

Deputado Marco Régis        PPS

Deputado Anderson Aduino    PMDB

Deputado Carlos Pimenta      PSDB

Deputado Rogério Correia     PT

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT    Presidente  
Oliveira

Deputado Chico Rafael        PSB      Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Kemil Kumaira        PSDB

Deputado Paulo Piau            PFL

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes        PDT

Deputado Sávio Souza Cruz    PSB

Deputado Dimas Rodrigues    PMDB

Deputado Carlos Pimenta      PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL  
Vieira

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinduca Ferreira PPB

Deputado Adelino de Carvalho

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Antônio Genaro PSD

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT  
Leão

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB  
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva Presidente

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de Carvalho

Deputado João Leite PSB

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT  
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago PTB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo Rezende PMDB

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Djalma Diniz PSD



COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia	PSDB	Presidente
Deputado Gil Pereira	PPB	Vice-Presidente
Deputado Márcio Cunha	PMDB	
Deputado Fábio Avelar	PTB	
Deputado Pastor George	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão	PSDB	
Deputado Luiz Fernando Faria	PPB	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Marco Régis	PPS	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

SUMÁRIO

- 1 - CONCURSO PÚBLICO
- 2 - DELIBERAÇÃO DA MESA
  - 3 - ATAS
    - 3.1 - 145ª Reunião Especial
    - 3.2 - Reuniões de Comissões
  - 4 - ORDENS DO DIA
    - 4.1 - Plenário
    - 4.2 - Comissões
- 5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
  - 5.1 - Plenário
  - 5.2 - Comissões
- 6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

**CONCURSO PÚBLICO**

CONCURSO PÚBLICO

AVISO AOS CANDIDATOS

Edital nº 5/2000 - Técnico de Apoio - Consultor - Códigos 501, 502, 503, 504 e 506

Edital nº 8/2000 - Técnico de Apoio - Taquígrafo - Código 801

A Comissão de Supervisão e Coordenação do Concurso comunica que, em virtude da greve dos servidores da Universidade Federal de Minas Gerais, o prédio da FUNDEP foi interdito, no dia 2 do corrente, pelos grevistas, o que acarretou a suspensão das atividades do setor de concursos dessa Fundação, impossibilitando aos candidatos aos cargos supramencionados acessar suas provas.

Comunica ainda que, tão logo a situação se normalize, os candidatos serão informados da reabertura de prazo para apresentação de recursos.

## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.108/2001

Dispõe sobre o reembolso a Deputado de despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, nos termos da Resolução nº 5.200, de 27 de setembro de 2001.

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições, em especial a que se refere o inciso V do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, delibera:

Art. 1º - As despesas a que refere o inciso II do art. 3º da Resolução nº 5.200, de 27 de setembro de 2001, cujos comprovantes forem apresentados à Controladoria até o dia 10 do mês subsequente ao da sua realização serão reembolsadas no dia 20 ou no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo único - Tendo sido realizada despesa cujo valor ultrapasse o limite a que se refere o inciso II do art. 3º da Resolução nº 5.200, de 2001, o valor excedente poderá ser reembolsado nos meses subsequentes, desde que dentro do mesmo exercício financeiro e observado o referido limite mensal.

Art. 2º - Recebida a solicitação de reembolso de despesas do Deputado, instruída com os respectivos comprovantes, a Controladoria formará o processo de indenização, realizará o exame das despesas e dos comprovantes e emitirá parecer em que opinará pelo respectivo reembolso.

Art. 3º - Realizados os exames dos processos de indenização de despesas, a Controladoria enviará à Diretoria-Geral relatório com a relação das despesas a serem reembolsadas ao Deputado.

Art. 4º - Recebido o relatório a que se refere o art. 3º, a Diretoria-Geral solicitará ao Presidente e ao 1º-Secretário a aprovação do pagamento dos reembolsos.

Art. 5º - Aprovados os pagamentos dos reembolsos, a Controladoria arquivará os processos de indenização de despesas, com os respectivos comprovantes e pareceres, e enviará à Diretoria de Administração e Recursos Humanos o relatório a que refere o art. 3º.

Art. 6º - A Diretoria de Administração e Recursos Humanos encaminhará, por meio magnético, à Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade os valores a serem reembolsados aos Deputados, para que se proceda ao seu pagamento.

Art. 7º - Anualmente, a Controladoria entregará ao Deputado, para fins da sua declaração de Imposto sobre a Renda - IR -, relatório das despesas por ele efetuadas, com o seu valor, nome, CPF ou CNPJ e endereço dos beneficiários dos pagamentos.

Art. 8º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de setembro de 2001.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 2 de outubro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente -  Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente -  Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente -  Mauri  
Torres, 1º-Secretário -  Wanderley Ávila, 2º-Secretário - Álvaro Antônio,  3º-Secretário.

## ATAS

### ATA DA 145ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 28/9/2001

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Ângelo Oswaldo - Palavras do Sr. Flávio de Lemos Carsalade - Entrega de placa - Encerramento - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Bilac Pinto - Dalmo Ribeiro Silva - João Leite - Maria José Haueisen - Sargento Rodrigues.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ângelo Oswaldo, Secretário de Estado da Cultura, representando o Governador do Estado, Itamar Franco; Flávio de Lemos Carsalade, Presidente do IEPHA-MG; Celina Albano, Secretária Municipal de Cultura, representando o Prefeito, Célio de Castro; Jurandir da Rosa, Prefeito de Munhoz, representando os Prefeitos do Sul de Minas; Ten.-Cel. Feliciano Durães, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, José Maria Gomes; João Ferreira Goulart, Diretor da Associação Comercial de Minas; e Sérgio da Silva Abrahão, Superintendente Regional do IPHAN-MG.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Profs. José Geraldo de Faria e Maria Eugênia Murta Lages, ex-Presidentes do IEPHA-MG; do Sr. José Goulart, Presidente da Associação Comercial e Industrial da minha querida cidade de Ouro Fino, acompanhado da esposa; do empresário Antônio Carlos de Almeida e esposa e do jovem empresário José Glauco Bailoni, de Ouro Fino, que hoje receberá o prêmio Destaque Empresário do Ano.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG - pelo transcurso do seu 30º aniversário de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Nenhum povo prospera verdadeiramente se não sabe seguir o fio de sua vocação. É a fidelidade a essa trajetória que determinará o caráter e a solidez moral de um grupo social. Nessa indelegável missão, a cultura constitui elemento vital, por ser o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência e reúne forças para transformar a realidade, tornando-se o ator principal de um processo marcado pela permanente evolução.

Minas tem a vocação da cultura. Esse pendore de nosso povo tem raízes profundas, fincadas no solo fértil das Alterosas em tempos idos, quando, nos vagares do pastoreio, desenvolveu-se a nossa tendência para a meditação paciente e séria, enquanto o nosso espírito se abria às generalizações mais extensas e largas. Descendo ao íntimo da terra, na procura pelas pedras e pelos metais preciosos, a nossa gente ficou indelevelmente marcada pelo senso da profundidade e da minúcia.

Com os olhos voltados para esse contexto histórico de formação da mineiridade, podemos proclamar que as origens do patrimônio histórico e artístico de Minas foram inspiradas por esses sentimentos – a coragem e a fé – que constituem as grandes forças propulsoras da vida dos homens e dos povos.

Ao homenagear solenemente, nesta reunião, o IEPHA, a Assembléia Legislativa reverencia um dos mais dedicados órgãos de nosso Estado, que, há trinta anos, envia ingentes esforços para preservar e proteger o mais rico acervo do patrimônio cultural do País, lutando por transferir a gerações inteiras de mineiros o sentimento e as profundas emoções produzidas por nossos antepassados.

A respeitada instituição nasceu em 30/9/71, por meio da Lei nº 5.775. Na verdade, o texto legal que estabeleceu a criação do IEPHA reservou-lhe as funções de registro, preservação e proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais, reconhecido, em todo o Brasil e no mundo, como um dos maiores e mais importantes acervos de que se tem notícia, formado por conjuntos urbanos, bens móveis e imóveis, sítios arqueológicos e paisagísticos distribuídos por todo o território mineiro.

Nesse aspecto, podemos nos orgulhar sobremaneira, visto que são múltiplos e transcendentais os sentimentos que o patrimônio mineiro evoca, servindo como forte referencial para a vida cotidiana e traduzindo, na sua materialidade, as expressões do povo das Gerais relacionadas à Pátria, à ética e à solidariedade, permeadas por um profundo senso de continuidade histórica, que torna peculiar nossa identidade e orientação.

Nesse processo cultural, que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o envolve, está presente a atuação do IEPHA, que zela pela conservação e pela preservação de nossos bens culturais, identificando, protegendo os bens tombados, difundindo informações sobre o patrimônio, estabelecendo parcerias, pesquisando e restaurando os mais acentuados valores da nossa cultura.

Cumprimo-me salientando o trabalho e a dedicação daqueles que já exerceram a Presidência da instituição: Anna Marina Siqueira, José Geraldo de Faria, Luciano Peret, Marcela Brant, Maria Cristina de Araújo Campos, Jurema Pereira da Silva, Maria Eugênia Murta Lages, Mauro Cavalcante Marques, Olavo Pereira da Silva e Rodrigo Andrade. A eles, o nosso reconhecimento pela rica contribuição à consolidação do IEPHA, que agrega tão intenso acervo, que inclui as mais valiosas obras emanadas do cinzel do Aleijadinho, além do que nos legou o ideário de Vila Rica.

É imperioso, neste momento, enumerar as principais obras empreendidas pelo IEPHA nestes 30 anos de atividade. São elas: restauração da Igreja da Pampulha; restauração da Igreja Matriz de Santana, em Congonhas; execução de obras na Estrada Real; restauração da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Conceição do Mato Dentro; restauração da casa do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira e readequação da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, entre muitas outras obras e projetos executados, em parceria ou não com outros órgãos do Estado e com a iniciativa privada.

Essa diversificação nas áreas de intervenção do IEPHA permite-nos inferir que a arte, a literatura e o manejo hábil das ciências políticas são características peculiares do povo deste abençoado Estado de Minas Gerais, pedaço do Brasil e coração da Pátria.

Da arte barroca ao espírito de liberdade e da literatura à política, caminhamos todos pelas veredas e atalhos, movidos pelo sublime ideal da preservação do nosso patrimônio, firme alicerces para a edificação de um corpo social menos desigual e mais fraterno.

Hoje, o nosso Estado é privilegiado com a existência de uma das instituições que mais contribuem para o desenvolvimento cultural de Minas Gerais, descortinando um horizonte ideal à construção de uma consciência de respeito e de preservação da memória.

Através do seu trabalho, tradição e modernidade associam-se numa síntese harmônica, produzindo, como resultado, uma melhor inserção na dinâmica social, atentando sempre para aqueles valores fundamentais que sustentam a dignidade da pessoa humana.

A instituição, que hoje se apresenta plenamente sintonizada com a necessidade de constante renovação da ação preservacionista, mantém intenso trabalho de pesquisa e de realização de projetos e de programas que permitem a criação de importantes opções para reabilitação do patrimônio cultural. Sob a direção competente do arquiteto Flávio de Lemos Carsalade e sempre em parceria com o nosso estimado e grande amigo Secretário da Cultura, Prof. Ângelo Oswald, a quem, mais uma vez, Minas, neste momento, presta as suas homenagens pelos relevantes serviços prestados à sua gente, o IEPHA tem sido, acima de tudo, a tônica principal para este desenvolvimento que sempre estamos buscando, em comunhão com os legítimos interesses do patrimônio histórico do nosso Estado.

Quero, em nome do povo mineiro, externar o nosso sincero reconhecimento ao IEPHA pelo muito que tem feito, salvaguardando o nosso acervo cultural, associado ao sentimento de liberdade, cuja preservação é o desafio de nossos dias, pois é ele o único meio legal propício à vida e ao desenvolvimento do espírito.

Calcada no trabalho daqueles que constroem sua história, a instituição trintenária continuará, certamente, fiel à missão de zelar pelo acervo do patrimônio cultural do Estado, para orgulho de todo o povo mineiro.

São essas as nossas considerações, razão maior de nosso requerimento que motivou esta importante reunião para o povo mineiro. A todos, os nossos agradecimentos.

#### Palavras do Secretário Ângelo Oswald

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que preside esta sessão solene da Assembléia Legislativa, realizada a seu requerimento, para que pudéssemos aqui, na Casa do povo mineiro, celebrar o 30º aniversário de criação do IEPHA-MG; demais companheiros da Mesa, caro colega e amigo Presidente do IEPHA, arquiteto Flávio Carsalade; representante do Corpo de Bombeiros, senhoras, senhores, cabe-me agradecer, em nome do Governador do Estado e da Secretaria de Estado da Cultura, este ato tão significativo da Assembléia ao destinar uma sessão ao aniversário do IEPHA, transformando este momento num alerta, num chamamento, numa convocação a todos os mineiros e mineiras para que nos empenhemos ainda mais, para que renovemos o nosso compromisso constitucional, para que aprofundemos a nossa ação na defesa do patrimônio cultural de Minas.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, homem que se tem empenhado na salvaguarda da herança histórica, artística e cultural do nosso Estado, especialmente da região sul-mineira, sabe muito bem a importância dessas matérias, porque nos tem dado uma colaboração especial, seja como membro titular da representação da Assembléia no Conselho do IEPHA, seja agora, como vice-representante, ao lado do Deputado Alberto Pinto Coelho, nesta grande tarefa de somar esforços. E é isso que estamos querendo aqui. Temos a certeza de que a Assembléia enfatiza esse apelo para que façamos da preservação do patrimônio o nosso comprometimento com a melhoria da qualidade de vida, à luz da nossa pertinência a esta terra, a esta cultura de Minas Gerais, e com a linha cidadã de conduta do nosso desempenho cívico e cultural, para que através dos nossos valores, aqueles valores genuínos que nos identificam e que nos caracterizam, possamos contribuir, ainda mais, para a construção de um Brasil justo e democrático, o que, aliás, é a grande herança do patrimônio imaterial do povo mineiro. Muito obrigado à Assembléia Legislativa.

O Dr. Flávio Carsalade falará em seguida, expressando não só nossos sentimentos, mas também definindo e detalhando a política de patrimônio cultural apresentada pelo Governo Itamar Franco, que tem sido objeto do nosso empenho na busca de uma transformação positiva e que tem feito do IEPHA um instrumento efetivo de parceria, de incentivo e de apoio à política de patrimônio neste Estado. Muitas pessoas perguntam quantas obras tem hoje o IEPHA. Sempre teve meia dúzia de obras em curso, às quais sempre se devotou com muita garra e muito carinho. Digo que, felizmente, nos últimos tempos, não temos tido essa meia dúzia, mas temos tido uma ação como nunca se viu no Estado, porque, desprendido do compromisso obreiro, com dois ou três canteiros, o IEPHA pôde, finalmente, encontrar, nestes 30 anos, sua grande finalidade: ser um instituto de parceria, um local de grande experiência de onde emanará a parceria tecnológica, cultural, efetiva com os municípios, com as entidades, com os cidadãos, com a sociedade, na realização de políticas públicas de patrimônio. Vejo um momento extremamente positivo, em que não temos algumas obras a mostrar, mas temos mais de 100 ou 200 ações nos mais diversos municípios do Estado, com os conselhos municipais, com as Câmaras Municipais, com as Prefeituras e suas secretarias das áreas da educação, cultura e meio ambiente. O IEPHA é presença hoje difundida em todo o Estado, porque temos visão comprometida com a questão urbana. O maior patrimônio cultural que temos é a cidade. A ela temos nos devotado, em qualquer uma das 853 cidades de Minas Gerais e das milhares de áreas urbanas que se encontram no interior desses municípios. A estes também temos devotado nossa atenção. O IEPHA, no Governo Itamar Franco, está sob a lúcida e generosa Presidência do arquiteto Flávio de Lemos Carsalade, que tão bem compartilha com sua equipe notável um sentimento de contaminação, de vontade de trabalhar nas questões patrimoniais. Tenho certeza de que esse trabalho se concluirá de maneira positiva e marcante, como podemos avaliar agora neste momento de síntese sugerido pelo 30º aniversário da instituição. Muito obrigado à Assembléia Legislativa e minhas congratulações a todos os companheiros que militam no IEPHA-MG.

#### Palavras do Sr. Flávio de Lemos Carsalade

Exmos. Srs. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representante do Presidente da Assembléia e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e que, além dos nobres propósitos que têm norteado sua ação nesta Casa, mostra também ser um homem de compromisso (todas as demandas que o IEPHA apresentou foram motivo de ação efetiva do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Conselheiro do Conselho Curador do IEPHA); Secretário Ângelo Oswald, talvez uma das pessoas que mais entendem de cultura mineira e que alia a esse profundo conhecimento um talento, uma objetividade administrativa e uma dinâmica, que, às vezes, nos impulsiona com muito mais força do que a que detemos; Celina Albano, querida amiga, ex-Secretária da Cultura, quando teve a oportunidade de mostrar todo o seu talento e a sua capacidade de realização; Jurandir da Rosa, Prefeito de Munhoz, no Sul de Minas, onde o IEPHA tem uma atuação muito efetiva e muito próxima; Ten.-Cel. Feliciano Durães, representando o Corpo de Bombeiros, que tem sido um parceiro importante do IEPHA no que diz respeito às ameaças de incêndio e à sua prevenção, por meio de cursos e treinamentos que temos feito em parceria com o órgão; Sérgio da Silva Abraão, companheiro de lutas pelos caminhos de Minas Gerais; Ilmos. Srs. João Ferreira Goulart; Pedro Gaeta, nosso Diretor de Proteção e Memória; Dayse Lustosa, Diretora de Conservação e Restauro; Patrícia Gomes, Diretora Administrativo-Financeira, com quem dividimos a tarefa de coordenar o IEPHA; meus caros colegas, senhoras e senhores; não preparei propriamente um discurso, mas procurei fazer uma análise histórica da importância do IEPHA e algumas reflexões que acredito serem importantes neste momento de comemoração dos seus 30 anos.

Os 30 anos do IEPHA são poucos se comparados aos 300 anos de história da civilização das Minas Gerais, mas foram decisivos para a preservação de seu patrimônio histórico e sua memória. Através da ação do IEPHA, muito se impediu da sua destruição, seja pela mão dos homens, seja pela ação do tempo. No entanto, ao refletirmos sobre esses 30 anos, temos de fazê-lo de forma a celebrar a ação passada, mas com os pés profundamente ancorados no tempo presente e com os olhos perscrutando o futuro. Afinal, o tempo é nossa matéria de trabalho, e, a cada época, a instituição tem uma missão específica. Vamos, portanto, examinar essa missão em três momentos.

Os primeiros tempos: buscava-se proteger e evitar a destruição iminente de nossa herança histórica, missão que o IEPHA assumiu com coragem e galhardia. Foram cerca de 300 tombamentos ao longo de sua história, centenas de obras e um inventário riquíssimo dos nossos bens culturais, sejam eles edifícios, bens móveis ou núcleos históricos. Priorizaram-se, nesse primeiro momento, aquilo que Afonso Ávila chamou de barroco estradeiro, e, a seguir, pouco a pouco, outros municípios do Estado de Minas foram se incorporando a esse acervo.

O IEPHA procurou pesquisar e compreender a formação da civilização mineira, ela própria berço da Nação brasileira. E, assim, o patrimônio cultural de Minas Gerais pode ser entendido por meio do desenvolvimento histórico do Estado, marcado especialmente pelos fatos expostos a seguir.

Ciclo do Ouro - A pesquisa do ouro empreendida pelas bandeiras paulistas no final do século XVII no território mineiro gerou, no século XVIII, sua exploração e um processo civilizatório marcado pela cultura barroca e os valores a ela associados. Dessa maneira, a origem do povo mineiro se liga a esses valores, criando uma forte relação de identidade entre eles, a ponto de se representar o Estado e sua gente pelos ícones e imagens ligados ao barroco. Dessa fonte brotou a religiosidade mineira e sua forma peculiar de se manifestar. Daí, também nasceram comportamentos, atitudes e posturas diante da vida, que são associados por alguns à idéia de mineiridade.

O barroco marcou o momento original das Minas e aqui ganhou uma importância específica. Embora a região estivesse inserida nos intercâmbios culturais e na circulação de idéias da época, a distância do litoral, o meio ambiente acidentado e muitas vezes hostil, a mão-de-obra empregada na mineração, quase totalmente escrava, a diversidade de origem dos imigrantes somam-se na construção de uma ordem manifesta. Os edifícios religiosos e residenciais assumem características próprias, com uma criatividade que os distingue claramente de seus precursores. Se não há uma arquitetura ou uma música inteiramente mineira, há claramente uma manifestação particular, com uma riqueza própria evidente.

A atuação do IEPHA se faz de forma complementar à do IPHAN. A título de ilustração, podemos citar os tombamentos, bem como os inventários e estudos, dos núcleos urbanos de São Thomé das Letras, Catas Altas, Santa Luzia, Santa Bárbara (Distrito-Sede e Distrito de Brumal), Distrito de Santa Rita Durão (em Mariana), além de diversos edifícios na região do Jequitinhonha e do Norte de Minas (Igrejas Matriz de Santa Cruz, Nossa Senhora do Rosário, Capela Bom Jesus da Lapa, em Chapada do Norte; Igreja Matriz de São Francisco e Capela de São Gonçalo, em Minas Novas; Igrejas Matriz de São Francisco, de Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida e Capela do Senhor dos Passos, em Conceição do Mato Dentro; Igreja Matriz de Santana, em Congonhas do Norte, e Igreja Matriz de Santo Antônio, em Itacambira).

A força do barroco mineiro fez com que Minas Gerais tivesse três bens inscritos na UNESCO como Patrimônio da Humanidade: a cidade de Ouro Preto, o conjunto do Santuário do Bom Jesus do Matozinhos, em Congonhas, e, em 1999, a cidade de Diamantina. É tão forte o impacto dessa herança colonial que, durante muito tempo, as cidades mineiras que não a possuem acreditaram que o legado material de sua própria história seria menor, atrasando o seu esforço de preservação da memória local.

Ciclo do Café - Após o esgotamento das minas, a história do Estado tem segunda marca importante, no que tange ao seu patrimônio histórico, ligada ao ciclo do café, no século XIX e início do século XX, atingindo principalmente a sua região Sul e a Zona da Mata. A partir da lavoura do café, são erguidas diversas sedes de fazenda, e, ao longo dos trilhos das ferrovias recém-implantadas, um rico acervo de estações, galpões de serviços e edifícios auxiliares à atividade ferroviária, que se estendem dessas regiões ao Noroeste de Minas, chegando até Paracatu.

O desenvolvimento do ciclo cafeeiro marcou também a liderança dos destinos da Nação através da chamada política do café com leite que fez alternarem paulistas e mineiros na Presidência da República, gerando edifícios urbanos de importância, quer ligados à memória dessas personalidades históricas, quer ligados ao surto de riqueza pelos quais as cidades localizadas passaram, sendo dignas de nota Viçosa e Juiz de Fora, entre outras.

Estâncias Hidrominerais - A riqueza mineral de Minas também se encontrava em suas águas de propriedades terapêuticas e se aliou à atividade hoteleira ligada ao jogo na criação dos complexos das estâncias hidrominerais, na primeira metade do século XX. Assim, as regiões do Sul de Minas e de Araxá - onde a COMIG fez importante trabalho na restauração do Grande Hotel de Araxá - viram nascer um rico patrimônio materializado em edifícios de caráter eclético, equipamentos e mobiliário que, após a proibição do jogo, começaram a sofrer os efeitos da decadência econômica, que, hoje, o Governo de Minas, por meio de várias ações, procura atenuar.

A Nova Capital - Belo Horizonte - tem especial significação no patrimônio recente do Estado não apenas por sua importância como Capital, mas também pelo seu caráter de cidade moderna, ligada ao positivismo científico com suas novas teorias urbanísticas e à celebração da república e do desenvolvimento. Aqui o ecletismo assume característica especial e os diferentes estilos da modernidade (neogótico, neoplasticismo, "art-déco", modernismo, correntes pós-modernas) encontram campo fértil para se desenvolver. A voracidade autofágica da cidade, no entanto, fez com que grande parte desse rico patrimônio fosse substituída, muitas vezes, por exemplares de pouca ou nenhuma significação.

A Difusão do Modernismo - A industrialização de Minas Gerais, iniciando o processo de crescente urbanização do Estado, ensejou o aparecimento de novas cidades e, com essas, de novas tipologias arquitetônicas. Os serviços urbanos, a difusão da indústria cinematográfica, as novas opções de lazer e equipamentos urbanos geraram exemplares de importância para a memória dos municípios na forma de edifícios de estilos de concepção eclética e modernista, muitos deles hoje infelizmente deformados ou destruídos. Sua localização segue o rastro da riqueza e, novamente, se apresentam, geograficamente, as regiões Centro e Sul do Estado, acompanhadas pela Zona da Mata e algumas manifestações no Triângulo Mineiro.

Importante destaque deve ser feito para a manifestação modernista de Cataguases, tombada em nível Federal pelo seu conjunto arquitetônico, representativo do estilo.

O agora como ação - No IEPHA, a tradição de trabalho permanece e a instituição continua seus inventários, agora multiplicados pela lei do ICMS, como continua seu trabalho de proteção, exemplificado pelos tombamentos recentes do Cine Brasil e do Cassino de Lambari. Também continua seu programa de obras e, para o ano de 2001, estão em andamento diversos trabalhos, tais como a restauração do Sobrado dos Quatro Cantos, em Tiradentes, e a restauração da antiga sede do Banco Crédito Real, em Juiz de Fora, da Fazenda da Jaguará, entre outros.

Mas o momento presente nos impõe ainda outras tarefas, a par da proteção e das obras. O momento nos faz voltar os olhos do passado também para o presente e para o futuro. Há alguns anos, quando o imaginário popular fantasiava o futuro, este o via como uma cena onde a sociedade tecnológica prevalecia sobre tudo, quase como se o homem prescindisse do seu meio físico para viver. As casas dos desenhos animados, por exemplo, nem tocavam o solo, e as histórias se animavam no espaço, antes lugar da vacuidade do que o céu concreto. Era assim a atitude do homem moderno, com sua sanha positivista, pronta para mudar o mundo para melhor.

Se a natureza não lhe satisfazia, que fosse domesticada; se a história não amparava seus desejos, que fosse negada; se as culturas não se espelhassem no modelo dominante, que fossem "educadas" e substituídas. Com o passar dos anos, o homem aprendeu, a duras penas, que sua ação sobre o mundo e as coisas tinha seus limites éticos e até mesmo de sobrevivência, ao mesmo tempo em que recuperou o sabor pela terra, pela diversidade e pelo legado de tantas gerações. Aprendeu que a natureza não era fonte inesgotável de energia, que a injustiça social ameaçava os próprios grupos dominantes que se julgavam inatingíveis, que a memória era importante na construção de sua própria identidade. Curiosamente, aprendeu que era economicamente mais eficiente produzir em harmonia com o meio ambiente e com o tempo, com fontes energéticas limpas e renováveis, reaproveitando estruturas preexistentes, incorporando à sua riqueza o resultado do trabalho das gerações que o precederam. Do ponto de vista ético, o homem aprendeu que sua manipulação sobre as coisas do mundo tem seus limites e que nossos filhos têm o direito de receber um planeta e uma história ainda vivos e ainda saudáveis.

As cidades, talvez pelo predomínio da paisagem construída, podem sugerir uma "artificialidade" que as distingue da natureza a ser preservada e foi tratada, neste último século, como local privilegiado de trocas econômicas e como espaço de lucro por excelência, gerando conflitos constantes entre as sociedades e esses interesses.

Com uma atitude ultrapassada, grande parte das cidades ainda não incorporou os conceitos de desenvolvimento sustentado em seu corpo físico, como se, da qualidade de seu espaço e das suas relações intrínsecas, não dependesse a vida de todos os seus agentes. Dois entendimentos importantes emergem, então, no cenário contemporâneo, nascidos da consciência ecológica e que, com toda a certeza, aplicam-se também ao artefato humano: a transformação e a capacidade de absorção dessa transformação.

O primeiro ponto parte da consciência da impermanência: vivemos em um mundo dinâmico e que muda a cada instante. Não adianta, portanto, querer deter o carro da história ou o curso da vida, mas podemos lidar com esta mudança de diversas maneiras. Piaget dizia que o desenvolvimento do "eu", objeto da educação, não se realizava no fortalecimento do ego auto-referente, mas na sua relativização com os outros, ciente do seu potencial, mas em profunda interação com a sociedade onde se insere.

De forma similar, podemos lidar com a transformação de maneira a negar o tecido preexistente ou utilizá-lo de forma respeitosa, aproveitando inclusive as suas potencialidades e o investimento nele incorporado quer pela natureza, quer pela ação de sucessivas gerações.

Se, por um lado, não podemos evitar que o mundo se transforme, por outro, podemos realizar essas transformações de forma harmônica e respeitosa. Esse é um grande desafio que a contemporaneidade nos propõe: conciliar novas demandas com a história e a natureza. As respostas a essa questão têm mostrado, no entanto, que essa é uma decisão mais inteligente, paradoxalmente mais barata - do ponto de vista do investimento e manutenção - e mais rica - do ponto de vista de seus resultados e eficiência.

O segundo ponto diz respeito à capacidade de um meio físico absorver os impactos dessas transformações. Há um limite até o qual esse meio físico pode resistir sem esgarçar a sua tessitura social, sem deteriorar seu corpo físico, sem matar sua história ou seu legado de natureza. A cidade se comporta como um corpo vivo: precisa se sustentar e produzir dejetos, além de um intenso metabolismo interno. Seus conjuntos históricos, seus monumentos, não apenas qualificam e diferenciam o "continuum" urbano, como garantem à população o senso de cidadania e continuidade histórica; se destruídos, empobrecem a cidade, e esvanecem-se os laços da comunidade.

Seus recursos naturais são também capazes de absorver alterações até um certo limite, sob pena da ação predatória reverter em forma de poluição, enchentes e outras mazelas. A ação transformadora do homem é bem-vinda, quando parceira da natureza e da história. É a marca da nossa geração no fluxo da vida, tão legítima quanto as dos que nos antecederam; apenas deve ser feita com muito mais cautela, pois, se nunca tivemos tanto poder de destruição, também nunca tivemos tanta experiência acumulada e consciência das nossas atitudes. Preservar não é, portanto, congelar ou ser reacionário. Um desenvolvimento econômico que se estabeleça sobre esses fundamentos da preservação é uma atitude inteligente e eficiente, que aponta para um comportamento ético mais sólido, inclusive nas relações comerciais que estabelece.

É o reforço desses ideais ligados à ética e à valorização da própria história que aponta para um conceito ampliado de herança histórica. Assim, para que as ações de conservação possam ser equacionadas de maneira plena, torna-se importante relacioná-las a esse conceito maior de patrimônio histórico, que não se restringe, como supõe o senso comum, apenas ao bem imóvel isolado, ligado à excelência estilística e ao poder civil ou eclesiástico.

A compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no

desenvolvimento socioeconômico das comunidades, sendo um dos importantes responsáveis pela sua identidade e pela sua qualidade de vida.

Se a questão do desenvolvimento da sociedade é interesse de toda a população - incluindo aí os diversos grupos e interesses econômicos -, e se a noção de Estado paternalista e centralizador é substituída pelas formas democráticas de co-gestão e incentivo à participação cidadã, o estatuto das relações entre poder público e sociedade é transformado, deixando de ser uma relação autoritária, para ser companheira; deixando de ser unilateral, para ser parceira. A relação deixa de ser competitiva e excludente, para ser ética, solidária e inclusiva.

Assim, redimensionadas e redirecionadas, passam a ser outras as posturas que impulsionam as ações da população e do Estado. Ao Estado cabe, além do investimento direto - obviamente, não universal, por seus limites orçamentários e éticos -, a criação de políticas públicas que incentivem a mobilização social e o interesse participativo; a definição de limites integrada à orientação da aplicação de recursos privados, que tenham inclusive a capacidade de gerar benefícios públicos; a articulação dos parceiros, além da criação de programas com finalidades claras e pragmaticamente formuladas. Quando essas iniciativas são sucessos, todos lucram: as cidades ganham em qualidade de vida; grandes trechos urbanos degradados são requalificados; garante-se o senso da cidadania e história; estimula-se o turismo; reafirma-se o desenvolvimento sustentável, entre tantos outros benefícios.

Se a participação de cada um é importante, é também importante a consciência do retorno para cada um dos benefícios alcançados. Certamente, muito do sucesso dessas ações vai depender do processo de educação da sociedade e de sua conscientização, coisas que são facilitadas pedagogicamente, se o processo educacional se faz por cooperação, e não por coação, ainda segundo os termos de Piaget.

A ação da sociedade civil também pode ter outro foco propulsionada pelos fundamentos ligados às ações de preservação. Inicialmente deve ser recuperado o entendimento de que a construção de uma nação e o uso das coisas públicas são responsabilidade coletiva; são um bem a ser compartilhado e cuidado também por todos. A medida que o patrimônio se referencia no homem, na sua cultura, história e valores, este passa a ser o eixo do processo de desenvolvimento, se contrapondo, portanto, à tecnocracia ou à perversidade do livre mercado. A idéia de que para gerar o lucro não importam os meios ou os seus impactos sociais deve ser substituída pela idéia de que é de interesse comum uma sociedade mais equilibrada e mais rica como um todo. A sociedade não pode cruzar os braços e deixar para o Estado a construção da nação, a defesa de seus interesses e seu desenvolvimento.

Cada segmento e cada indivíduo têm que se considerar parte do processo de desenvolvimento. Cabe à sociedade civil entender que é a soma do trabalho de cada um que define padrões de desenvolvimento.

Ao proprietário de bem protegido pelo patrimônio cabe zelar pelo seu imóvel. Afinal, dele usufrui obtendo moradia e renda, e muitas vezes não há recursos do Estado (que são de toda a população, diga-se de passagem) para investir no socorro de bens particulares e, ao mesmo tempo, investir nos bens públicos e em toda a gama de necessidades da população. Como não existe tanta disponibilidade de recursos, seria de interesse da comunidade deixar ir embora sua história e sua memória? À sociedade civil organizada cabe lutar pelos interesses maiores e comuns da comunidade, dentro do entendimento de uma ética coletiva e de ações de solidariedade. Às forças econômicas cabe participar, através de zelo e investimento, do bem que é de todos, revertendo à comunidade parte dos lucros que lhes foram concedidos pela própria comunidade: é o conceito de empresa cidadã, hoje tão caro às empresas que têm consciência de sua inserção no lugar e na história.

Se considerarmos que o patrimônio cultural materializa os laços que unem histórica e geograficamente um povo, passa a ser clara a sua importância como instrumento de cidadania e inclusão social, com desdobramentos óbvios na qualidade de vida e na auto-estima das populações.

A partir desse senso comum, são gerados sentimentos nobres de solidariedade e compromisso, além de uma postura crítica a respeito do poder econômico especulativo, o que leva a uma opção por formas de desenvolvimento sustentado, lastreadas por uma ética nas relações, inclusive comerciais, se contrapondo à postura "laissez-faire" neo-liberal.

O conceito social do patrimônio cultural deve ser entendido, portanto, de forma ampla, sob a égide da corresponsabilidade entre Governo, nos seus três níveis, e população. Se, por um lado, o Governo tem obrigações constitucionais de proteção desse patrimônio, este é objeto de fruição e instrumento de cidadania para toda a população, cabendo a ela, portanto, importante participação na sua defesa. No entanto, apesar do quadro já explicitado de ausência de recursos para atender a todos os casos e dá grande demanda no setor, o Governo não pode entregar esse patrimônio à sua própria sorte ou repassar exclusivamente aos municípios ou às comunidades a tarefa de zelar por ele.

É por isso que a guarda desse patrimônio é tarefa importante do Estado, em todos os seus níveis, como, de resto, também da sociedade. É tarefa cooperativa e solidária, o que nunca significa a abdicação do papel supervisor do poder público, que deve ter consciência do papel de administrador de um tesouro público que, por suas características, é aberto à interação de todo o povo.

É sob essa ótica que se colocam as recentes preocupações com as notícias de municipalização da tutela do patrimônio nacional que o Governo FHC estaria propondo, pois, sob a aparente capa de democratização dos bens, estaríamos expondo obras de incomensurável valor a Prefeituras muitas vezes pouco aparelhadas para sua conservação ou mesmo frágeis a pressões destruidoras locais. O entendimento da hierarquia de classificação dos patrimônios internacional, nacional, estadual e local, com as suas respectivas responsabilidades, tem garantido sua sobrevivência e não deve ser descartado por visão de custo-benefício de cunho eminentemente econômico.

O futuro como preservação - As grandes questões contemporâneas delineiam as perspectivas da preservação para este novo milênio, calcadas na proteção tradicional, mas incorporando os seus novos desafios. Da mesma forma que a sociedade começou a se preocupar com o meio ambiente e com a noção de desenvolvimento sustentável, sensibilizou-se para as questões de memória e identidade que o patrimônio cultural traz com sua permanência, e, assim, diversas localidades começaram a pressionar o Governo e forças econômicas para a manutenção de seus exemplares históricos e artísticos importantes.

Belo Horizonte cria seu Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico no final da década de oitenta, e em diversos municípios começam a aparecer iniciativas de preservação. As políticas de patrimônio passam a valorizar as iniciativas municipais e locais e até mesmo a estimulá-las. Impulso grande nesse sentido é dado pela Lei nº 12.040, de 28/12/95, que inclui o quesito "patrimônio cultural" nos critérios para repasse da parcela do ICMS devida aos municípios. O conjunto dessas circunstâncias fez com que o número de imóveis tombados no município saltasse de um número próximo de uma dezena em 1996 para cerca de 1.100 no ano de 1999, envolvendo 250 dos 853 municípios do Estado, além de 164 conselhos funcionando no exercício de 1998 e 1999.

Geograficamente, o mapa do patrimônio, em nível municipal, desloca-se para o vale do Jequitinhonha, que, em peso, começa a se preocupar com seu patrimônio cultural, seguido pelo Triângulo Mineiro, além de ocorrências no Centro, no Sul e na Zona da Mata.

A idéia de proteção ambiental aliada à força simbólica da paisagem e às ameaças causadas pelas atividades mineradoras e usinas hidrelétricas vem ganhando impulso e se fará bastante presente nos anos que se seguem.

Exemplo claro disso é o nosso rio São Francisco, não só pelo patrimônio que se encontra ao longo dele, mas também pela sua importância como disseminador da cultura, o que faz com que se pense em sua candidatura ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Embora esse rio tenha ensejado o surgimento de edifícios e núcleos históricos de importância no Norte do Estado, também aqui são poucos os elementos protegidos, registrando antes menor abrangência de tombamentos federais e estaduais na região do que a inexistência de exemplares de valor. A recente pressão contra o meio ambiente fez com que os conjuntos paisagísticos fossem reincorporados às iniciativas de proteção ao patrimônio, sendo estas dispersas pelo Estado, sem caracterizar nichos geográficos, mas apontando especialmente para locais sujeitos a mineração e represas. Com um rico patrimônio natural também na região das grutas, com ocorrências arqueológicas e paleontológicas importantes, a proteção desses bens ainda tem muito a avançar, apesar dos esforços recentes do Governo Itamar Franco.

Ancorados pela força da identidade cultural e como trincheira contra a globalização descaracterizadora surgem os movimentos pela preservação de nosso patrimônio imaterial ou intangível.

Aqui se encontram manifestações de natureza imaterial que constituem importantes referências culturais e relacionam-se à identidade, à maneira e à ação dos grupos sociais. Incluem-se nesse conceito as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver, considerando: os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares. O acervo de

Minas Gerais, nessa forma de patrimônio, é dos mais ricos do mundo e, se guarda a resistência contra a dominação cultural trazida pelo capitalismo mundial, também pode ajudar a proteger e a estimular as pequenas formas de produção e as nossas "especiarias" traduzidas pelo queijo do Serro ou pelo artesanato do Jequitinhonha.

Através da preocupação da sociedade contemporânea com a preservação e com o desenvolvimento sustentado, associada às novas políticas públicas de valorização, proteção e sustentação do patrimônio cultural, a tendência é de crescimento geométrico de bens protegidos nos próximos anos. Esse crescimento deve ocorrer não apenas no número de bens protegidos, mas também na quantidade de municípios que se preocupam com a questão. Passado um primeiro período de alguns anos em que as sociedades tentarão recuperar o tempo perdido, a tendência é a estabilização de um número de bens protegidos em todo o Estado e também de uma homogeneização geográfica, especialmente no que tange a bens imóveis e móveis. Deverão ganhar alento alguns aspectos na proteção do patrimônio:

- a substituição gradativa do instrumento do tombamento por outras formas de proteção, tais como inventários, conservação voluntária - estimulada por mecanismos compensatórios e incentivos fiscais -, legislações urbanísticas e revitalização de conjuntos urbanos e núcleos históricos; a valorização de outros tipos de bens ligados à memória coletiva tais como conjuntos paisagísticos, sítios arqueológicos e bens imateriais; a preocupação com outras linhas de pesquisa e proteção ligadas especialmente às diferentes etnias brasileiras - hoje com pouca atenção -, tais como as tribos indígenas e as manifestações da raça negra consubstanciadas, por exemplo, nos quilombos. Deverão também ter destaque as ações históricas ligadas a segmentos sociais; não apenas aqueles ligados ao poder ou aos grandes ícones da história, mas que exerceram seu papel nas lutas sociais ou de minorias, tais como operários, camadas sociais menos favorecidas ou imigrantes.

Essa evolução do conceito de patrimônio é a que prepara, portanto, a nossa tarefa futura de preservação. Essa tarefa pressupõe quatro ações básicas: em primeiro lugar, há que se inserir o patrimônio histórico no desenvolvimento econômico social do Estado, através do seu potencial turístico e de lazer, mas também como amplo mercado para a construção civil e serviços e mesmo como requalificação de segmentos urbanos degradados. Afinal, o Patrimônio Histórico é o lugar do cotidiano e deve ser incorporado ao dia-a-dia da cidade, substituindo a idéia ultrapassada de museu como santuário, onde só se vai aos fins de semana para ver como viviam nossos avós. Para tanto, estamos desenvolvendo pesquisas e projetos para a Estrada Real, convênios diversos com segmentos de desenvolvimento econômico como o INDI e a FIEMG, por exemplo, estudos técnicos e gestões para requalificação da área da Casa do Conde de Santa Marinha, estudos de linhas de crédito com CEF, BNDES e BDMG, projetos de recuperação de trechos urbanos como a Praça da Sé de Mariana e o núcleo histórico de Oliveira, incremento da estratégia de captação de recursos junto às leis de incentivo.

Em segundo lugar, a garantia da sustentabilidade passa pela atualização da base legal, através de incentivo e assistência técnica aos planos diretores e demais legislações urbanísticas, proteção e gestão de conjuntos urbanos, aprimoramento das leis federais, estaduais e municipais na área do Patrimônio Cultural, monitoramento da Lei de Redistribuição do ICMS. Aqui cabe uma ação objetiva e concreta do Legislativo Estadual que pode se consubstanciar em ações tais como o aprimoramento das fontes de recurso para o FUNPAT, criado pela Lei nº 13.464; o aumento dos limites das renúncias fiscais do ICMS no âmbito de recuperação do Patrimônio Cultural, relativo à Lei Estadual de Incentivo à Cultura; a proposição de penalidades aos municípios que não cumpram, em prazo determinado, a exigência constitucional reforçada pelo Estatuto da Cidade de elaboração de seus planos diretores; o estímulo ao uso institucional de imóveis históricos através da instalação de equipamentos públicos nesses imóveis sempre que possível; a agilização da aprovação do Fundo Estadual para os Interesses Difusos Lesados, em tramitação nesta casa; a inserção do Imposto de Transferência por "causa mortis" aos proprietários de bens tombados; regulamentação das outras medidas de proteção de bens culturais previstas pelo art. 209 da Constituição Estadual; auxílio na efetiva regulamentação dos tombamentos propostos pela Constituição Estadual.

Como terceira ação, parte-se do pressuposto de que não existe sustentabilidade se não há um trabalho constante de conservação preventiva.

Assim, quanto à segurança contra roubos, criamos, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia para Crimes contra o Patrimônio Histórico e instalamos e mantemos uma importante rede de alarmes, proteção contra incêndio - através do trabalho conjunto do IEPHA com o Corpo de Bombeiros -, manutenção adequada do acervo histórico, que procuramos conseguir através de cursos e treinamentos diversos, seja junto ao clero - em convênio com a PUC-Minas - ou através do FAT.

Como quarta ação, a sustentabilidade passa pela educação patrimonial através da formação de consciência da importância da história e da herança que recebemos consubstanciada nos bens histórico-culturais, treinamento dos agentes do patrimônio histórico nas mais diversas áreas, pesquisa tecnológica de ponto sobre o tema, inserção do conteúdo "patrimônio histórico" de forma transversal na rede formal de ensino do Estado.

O patrimônio histórico e artístico de um povo é, pois, mais do que um conjunto de antiguidades ou mera coleção de curiosidades que a corrente do tempo foi largando pela vida. Ele é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações.

Dessa forma, incita ao patriotismo e à ética, convida ao saber e à reverência. Em face de seu caráter de participante cotidiano da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens culturais mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais nos percursos do dia-a-dia. São, portanto, importantes vetores de coesão social, de orientação e identidade, sem os quais a estabilidade psíquica e os valores existenciais de cada um não seriam exercidos. Por isso a sociedade se mobiliza tanto em torno do patrimônio e com ele se sensibiliza. Lembramos aqui o doloroso incidente com a Igreja do Carmo em Mariana, que mostrou com clareza esse fato. Lembro que, na reunião prontamente convocada pelo Secretário Ângelo Oswaldo, na Câmara Municipal da cidade, a comunidade inteira - políticos, clero, agentes culturais, ambientalistas, empresários, trabalhadores, enfim, representantes de todos os segmentos e classes sociais - reuniu-se, e, junto aos gestos de solidariedade, o que se viu foi um intenso revigoramento dos laços sutis que unem as pessoas em torno de sua cidadania e de sua "pertencência" a um lugar histórico, como elos que vão necessariamente se agregando com o passar do tempo. O que se viu nos esforços de reconstrução do templo foi também o resgate do desejo nobre de transcendência, o mesmo que amalgamou a comunidade na sua construção há dois séculos.

É na defesa dessa herança e desses valores que se exerce o papel nobre do IEPHA. Minas Gerais, no Governo Itamar Franco e com a liderança segura, objetiva e sensível do Secretário Ângelo Oswaldo Araújo Santos, possui, hoje, uma política de patrimônio exemplar e reconhecida em todo o território nacional. A eles, nosso reconhecimento e nosso preito de gratidão.

Como palavras finais, gostaria de fazer uma dupla dedicação dos méritos desta cerimônia. Às diversas gerações de funcionários do IEPHA que diuturnamente lutam pela manutenção da identidade e da história de Minas, em uma luta árdua, na qual os recursos são sempre menores que a demanda. Pelo seu trabalho, aqui, na nossa instituição, praticam-se, todos os dias, o respeito e a solidariedade. Ao povo mineiro que, nos conselhos municipais de cultura espalhados por todo o Estado e nas ruas de cada uma das suas cidades, segura com os braços e os corações, de forma comprometida e generosa, a defesa de seus bens mais preciosos. Ambos os grupos sabem que um povo só é verdadeiramente livre e constrói-se como nação se essa construção é baseada em uma identidade cultural forte. Sabem que a defesa de seus valores culturais e de sua identidade é exercício salutar de cidadania, é respeito aos nossos antepassados e a mais sólida herança que deixamos para nossos filhos. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Flávio de Lemos Carsalade uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Resgatar o passado, construir o presente, projetar o futuro. Essas são as etapas do grande e meritório trabalho desenvolvido pelo IEPHA-MG, que registra, conserva, restaura, preserva e protege o rico acervo do patrimônio cultural do nosso Estado. Ao IEPHA, a homenagem do Poder Legislativo Estadual pela passagem dos seus 30 anos de fundação. Belo Horizonte, 28 de setembro de 2001. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 2/10/2001, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 3/10/2001.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2001

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Antônio Carlos Andrada e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Agostinho Silveira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara

aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator e passa a palavra ao Deputado Antônio Carlos Andrada, relator da Comissão, para que proceda à leitura de seu parecer. Em seguida, o Deputado Antônio Carlos Andrada apresenta requerimento em que solicita prazo regimental para conclusão de seu parecer. Ato contínuo, a Presidência concede ao relator o referido prazo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2001.

Ambrósio Pinto, Presidente - Antônio Carlos Andrade - Bené Guedes.

#### ATA DA 85ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Elbe Brandão, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Viana e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes, também, os Deputados Dimas Rodrigues, Carlos Pimenta, Maria José Hauzeisen, Eduardo Hermeto, Márcio Kangussu, Gil Pereira e Marco Régis. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir sobre a questão das 47 comunidades atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, no vale do Jequitinhonha, e procede à leitura da seguinte correspondência recebida: cartas dos detentos Francisco Procópio Gomes, de Itabira, e Cláudio Batista Rosa, de Patos de Minas, pedindo providências desta Comissão; ofício do Secretário de Estado da Segurança Pública, em que justifica a ausência do Corregedor-Geral de Polícia a audiência pública desta Comissão; ofício da assessora de relações públicas do Hospital da Baleia, em que presta esclarecimentos a esta Comissão, atendendo ao Requerimento nº 2.295/2001; ofício da Superintendente da Superintendência de Atendimento e Reeducação do Menor Infrator - SAREMI -, da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, em que presta informações, atendendo ao Requerimento nº 2.470/2001, sobre vaga para internação de adolescentes; ofício do Sindicato dos Produtores Rurais de Araçuaí, em que externam total apoio à construção da barragem de Irapé; ofício do Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA -, em que encaminha a Carta de Montes Claros, fruto de audiência pública realizada na Câmara Municipal de Montes Claros para debater a situação da criança e do adolescente no município, a qual contou com a participação da Deputada Elbe Brandão; carta da Presidente da União Colegial de Minas Gerais; ofício do Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana - SEC -, em que encaminha propaganda mostrando as realizações do sindicato; ofício do Promotor de Justiça de Mutum, encaminhando cópia do ofício enviado ao Ministro da Justiça acerca de informações sobre o Programa de Proteção às Testemunhas; convite do Movimento Nacional de Direitos Humanos para a 32ª Assembléia Ordinária Geral, nos dias 1º, 2º, 3º e 4º de novembro, em Poços de Caldas. A seguir, submetido a discussão e votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.604/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, é aprovado. Submetidos a votação, os Requerimentos nºs 2.541 e 2.560/2001 são aprovados. Nesse momento, o Deputado Edson Rezende convida a compor a mesa o Dr. Afrânio Nárdy, representando o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais; o Dr. Ronaldo de Oliveira Martins, representando o Presidente da CEMIG; os Srs. Marcelo Rezende de Souza, do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER -; Murilo da Costa Santos, representando o Presidente da Fundação Cultural Palmares; José Francisco da Cruz, da Associação dos Atingidos pela Barragem de Irapé, e Maria de Lourdes Borges, da Associação Remanescente de Quilombo Boa Sorte. A seguir, na fase de apreciação de matérias da Comissão, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Edson Rezende, solicitando sejam realizadas audiências públicas na Escola Estadual Governador Milton Campos e para discutir as circunstâncias da prisão do jornalista José Geraldo Rodrigues, de Itabira; dos Deputados Edson Rezende e Durval Ângelo, pedindo seja oficiado às autoridades que mencionam, encaminhando cópias das notas taquigráficas da reunião desta Comissão no dia 11/9/2001; do Deputado Carlos Pimenta, pleiteando que esta Comissão institua um contínuo acompanhamento dos atingidos pela implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé e se coloque como mediadora dos acordos feitos com o Governo do Estado, por meio da CEMIG; do Deputado Adelmo Carneiro Leão, pedindo seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.637/2001; da Deputada Elbe Brandão, solicitando seja realizada audiência pública na cidade de Janaúba, para discutir os problemas relativos à segurança pública que ameaçam a população da região. O Presidente tece suas considerações iniciais, como autor do requerimento que motivou a realização desta audiência pública e passa a palavra aos componentes da Mesa, para sua exposição. A seguir, inicia-se a fase de debates, com a participação de todos os presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Durval Ângelo.

#### ATA DA 41ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às dezesseis horas do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Elbe Brandão, Durval Ângelo e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a grave denúncia trazida a esta Comissão por alunos da UFMG, de agressões praticadas por policiais militares, as quais resultaram em ferimentos em cidadãos indefesos, durante a manifestação de apoio dos estudantes ao movimento reivindicatório dos servidores daquela Universidade, no dia 28/8/2001. Na fase de apreciação de matérias da Comissão, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Edson Rezende, solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão, com os convidados que menciona, para discutir a conduta da PM frente às manifestações populares; da Deputada Elbe Brandão, pedindo sejam convidados, em caráter de urgência, os Secretários de Estado da Segurança Pública e de Recursos Humanos e Administração para apresentarem a relação dos prédios públicos que poderiam, mediante adaptação, abrigar o excesso de presos existentes nas delegacias. A seguir, convida a tomar assento à mesa o Ten.-Cel. Musso José Veloso, Comandante do Batalhão de Polícia para Eventos e representante do Comandante-Geral da PMMG; os Srs. Ronan Araújo Gontijo, Coordenador de Assuntos Comunitários da UFMG e representante do Reitor daquela Universidade; Cristiano Scarpelli Aguiar Pacheco, Presidente do Diretório Central dos Estudantes; José Carlos Oliveira Marques, Coordenador-Geral do Sind-IFES; Jorge Augusto Roque Souza e Roberto Malcher Kaanitz Júnior, representantes dos estudantes agredidos, e o Prof. Fernando Massote. O Deputado Edson Rezende tece suas considerações iniciais, como autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública e passa a palavra aos membros da Mesa, para sua exposição, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Marcelo Gonçalves - Durval Ângelo - Luiz Tadeu Leite.

### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 289ª reunião ordinária, em 3/10/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)



Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado referentes ao Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.538/2001, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 640/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 605/99, do Deputado Agostinho Silveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Santo Antônio do Monte. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2001, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 14 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.400/2001, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio do Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que estabelece a política estadual de reciclagem de materiais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.142/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.393/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.421/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER - e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 3/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 316/99, do Deputado Durval Ângelo (parecer sobre a Emenda nº 1, apresentada em Plenário).

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.602/2001, do Deputado Bené Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 3/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 323/99, do Deputado Bilac Pinto; 642/99, do Deputado Antônio Andrade; 694/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.213/2000, do Governador do Estado; 1.585/2001, do Deputado Marco Régis; 1.422/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.618/2001, da Deputada Elaine Matozinhos.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e debater com os convidados a implementação da Lei nº 13.270, de 27/7/99, que dispõe sobre a execução do PASEP, e dá outras providências.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 3/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.650/2001, do Deputado Miguel Martini.

Requerimentos nºs 2.517/2001, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.558 e 2619/2001, do Deputado Geraldo Rezende; 2.604/2001, do Deputado Doutor Viana; 2622/2001, do Deputado Alencar da Silveira Junior.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a liberação, até o corrente ano, dos recursos financeiros do PRONAF para as obras de infra-estrutura nos municípios do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 4/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.425/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio; 1.573/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.575/2001, do Deputado João Batista.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.649/2001, do Deputado Miguel Martini; 1.655/2001, do Deputado Eduardo Hermeto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão Especial do Programa de Concessão de Rodovias, a realizar-se às 10 horas do dia 4/10/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 3/10/2001, destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 1.538/2001, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade

com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 640/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado; 605/99, do Deputado Agostinho Silveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Santo Antônio do Monte; 1.400/2001, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio do Muriaé o imóvel que especifica; 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que estabelece a política estadual de reciclagem de materiais; 1.142/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis; 1.393/2001, do Governador do Estado, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e 1.421/2001, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de outubro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Preço do Leite

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Luiz Fernando Faria, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Kemil Kumaira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/10/2001, às 10 horas, no auditório do Colégio Pitágoras, em Almenara, com a finalidade de ouvir os Srs. Paulo Roberto Correia dos Santos, Gerente de Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S.A. (Vale Dourado); Pedro Simão Filho, Gerente de Assuntos Públicos da Nestlé; José Virgínio Gil de Freitas, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Almenara; Nei Soares Ferra, Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Jequitinhonha; Caio Jadson Alves de Figueiredo, Presidente da Cooperativa de Produtores de Leite do Baixo Jequitinhonha; Iraci Dias de Lacerda, Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Almenara; Osmário Monteiro Gaspar Filho, Diretor da Transleite Santa Hedwirges Ltda. (Derivados de Leite Renon); José Alberto da Silva Lira, Diretor-Geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB - e os produtores rurais da região.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Cabo Morais, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2001.

Ermano Batista, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Pinto Ribeiro, Mauro Lobo, Bené Guedes e Bilac Pinto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2001.

Márcio Cunha, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.649/2001

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação de Amparo Materno-Infantil Rosa Haddad, com sede no Município de Lavras.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação de Amparo Materno-Infantil Rosa Haddad é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, criada para atender a gestantes e crianças necessitadas e que atua na área de saúde desde 30/6/95, data de sua fundação.

Atualmente, realiza um trabalho praticado por profissionais qualificados, num total de 1.700 atendimentos ao mês, distribuídos entre serviços médicos, laboratoriais, fisioterapêuticos, preventivos de câncer ginecológico, odontológicos, psicológicos, de orientação nutricional, ultra-sonografia, mamografia, raios X, cauterização e distribuição de medicamentos.

Procura, dessa maneira, levar benefícios aos menos favorecidos com campanhas assistenciais, educativas e preventivas, num exercício de cidadania que cuida do bem mais precioso - a saúde.

## Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.649/2001 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2001.

Elaine Matozinhos, relatora.

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 51/2001

Comissão Especial

Relatório

De autoria de 1/3 dos membros desta Casa e tendo como primeiro signatário o Deputado Agostinho Silveira, a proposição em análise altera o inciso II do art. 168 da Constituição do Estado.

Publicada a matéria no "Diário do Legislativo" de 10/3/2001, foi a proposição encaminhada a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 111, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O inciso II do art. 168 da Constituição do Estado prevê, para a alteração de topônimo municipal, a obrigatoriedade de aprovação da população interessada, em plebiscito, com manifestação favorável de, no mínimo, metade dos respectivos eleitores.

A justificação da proposta ora analisada fala da necessidade de adequação do mencionado dispositivo à Lei Federal nº 9.709, de 1998, a qual, em seu art. 10, dispõe que o plebiscito ou o referendo será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples.

Em primeiro lugar, discordamos quanto à aplicação da mencionada lei federal no âmbito do Estado membro. Aliás, esse assunto já foi objeto de análise nesta Casa, pela Comissão de Constituição e Justiça, por ocasião da tramitação do Projeto de Lei nº 1.371/2001, que regulamenta a realização de plebiscitos e referendos em Minas Gerais.

Vale transcrever aqui trecho bastante elucidativo do parecer da citada Comissão: "Por oportuno, cumpre consignar que a matéria não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa da União, sendo o Estado competente para legislar sobre o assunto. De fato, a dúvida surge em torno de a questão ser ou não matéria eleitoral, que é de competência privativa da União. Entendemos que não. Referendo e plebiscito são direitos políticos que podem ser adotados por todos os entes federativos da maneira como lhes convier. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na justificação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1991, que deu origem à Lei Federal nº 9.709, de 1998 (DCN, seção II, fevereiro de 1991, pp. 435 a 440), afirma que 'o melhor entendimento, dentro da nova organização federativa em que os Estados recebem maior autonomia e competência [...] deve ser aquele de que cada ente da Federação legislará em seu âmbito para regular o uso dos institutos referidos. Não poderá deixar de fazê-lo ou de prevê-los em seu sistema constitucional e legal. Constituem eles princípios fundamentais da nova ordem constitucional. As Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, ou legislação específica em cada uma destas unidades federadas, devem regular a utilização do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, com atenção apenas às regras que já sejam fixadas no texto constitucional federal'."

Assim sendo, não há que se falar em adequação à lei federal, e já se encontra em fase final de tramitação o projeto de lei que regulamentará a matéria em Minas Gerais. Não obstante, nada impede que o legislador constituinte fixe quórum específico para aprovação de determinada questão em plebiscito ou referendo.

No caso de alteração de topônimo municipal, o quórum atualmente previsto parece-nos, de fato, difícil de ser atingido, mormente em consulta popular não revestida de caráter obrigatório. Julgamos que a aprovação por mais da metade dos votos, associada à exigência de comparecimento de mais da metade dos eleitores inscritos, é suficiente para que se possa aferir a decisão dos municípios.

Outra questão relacionada à alteração de topônimo municipal que merece a nossa atenção diz respeito aos procedimentos a serem adotados. Pela ordem constitucional vigente, o primeiro passo é uma resolução da Câmara Municipal aprovada por, no mínimo, 2/3 de seus membros. Procede-se, a seguir, à consulta popular, após a qual, em caso de resposta afirmativa, será editada a lei estadual.

Considerando-se que, por meio da resolução, se expressa a vontade política do Poder Legislativo do município e, por meio da lei, manifesta-se a vontade política do Poder Legislativo do Estado, melhor seria que a segunda sucedesse imediatamente à primeira e só então o povo fosse consultado, manifestando-se por meio de referendo. Dessa forma, evita-se que a expectativa popular seja frustrada pela não aquiescência do Poder Legislativo estadual à alteração proposta, pois, tratando-se da edição de lei, é de rigor que se cumpra todo o processo legislativo cujo desfecho pode ser contrário à mudança. A consulta à população seria, então, realizada por meio de referendo de caráter abrogativo, isto é, a lei estadual seria submetida à aprovação popular e, uma vez aprovada, entraria em vigor. Em caso contrário, a lei não teria vigência. Assim, seria possibilitada aos cidadãos uma efetiva participação política, dada a importância de que se reveste o referendo "post legem" ou abrogativo.

Por fim, julgamos pertinente esclarecer a distinção entre plebiscito e referendo, tendo em vista que o texto constitucional em vigor menciona o plebiscito como forma de consulta popular.

Embora não haja consenso total entre os doutrinadores, parece-nos possível afirmar que o plebiscito é consulta feita à população sobre matérias em tese, decisões políticas e programas de governo, além de alterações geopolíticas, ao passo que o referendo é consulta feita à população a respeito de um ato normativo ou administrativo, podendo ser realizado antes ou após a edição do ato objeto da consulta.

Para atender às alterações propostas, elaboramos o Substitutivo nº 1, o qual dá nova redação a todo o art. 168, e não apenas a seu inciso II.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2001 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dá nova redação ao art. 168 da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 168 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 168 - O topônimo pode ser alterado com a observância do seguinte:

I - resolução da Câmara Municipal, aprovada por, no mínimo, dois terços de seus membros;

II - lei estadual cuja vigência fica condicionada à aprovação da população interessada, em referendo, com manifestação favorável da maioria dos votantes, tendo comparecido a maioria dos eleitores."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2001.

Ambrósio Pinto, Presidente - Antônio Carlos Andrada, relator - Bené Guedes.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 285ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 25/9/2001

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes nas galerias, telespectadores que nos escutam, antes de iniciar meu pronunciamento propriamente dito, quero ler para os senhores uma carta que estou endereçando ao Presidente do PT, Deputado Federal José Dirceu. Quero que os senhores prestem muita atenção, porque depois falarei sobre o assunto abordado. (- Lê:)

"Sr. Presidente, deve ser do conhecimento de V. Exa. que os recentes episódios veiculados pela mídia regional e nacional, referentes ao salário dos Deputados Estaduais mineiros, resultaram na apresentação, pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de um projeto de resolução dispondo sobre a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e sobre o pagamento de parcelas indenizatórias pelo exercício da atividade parlamentar.

No entanto, considero inoportuno e inconstitucional que o tema 'salário de Deputado' esteja disciplinado em resolução, pois não é essa a determinação constitucional. O legislador constituinte foi claro ao definir, nos arts. 27 e 28 da Constituição Federal: "Os subsídios dos Deputados Estaduais, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa."(CF, arts. 27, § 2º, e 28, § 2º). Apesar da clareza de tais dispositivos, insistem os Deputados Estaduais mineiros em fixar o valor de seus salários por meio de resolução.

Não bastasse o erro formal, lamento ainda que, ao optar por disciplinar o tema 'salário de Deputados' por meio de resolução, e não por meio de lei, o legislador mineiro deixe de revogar a Lei Estadual nº 13.200, de 1999, que permite aos membros dos Poderes estaduais mineiros converter em salário, na forma de indenização, o que aquela lei classificou de 'serviços não prestados pela respectiva administração' (Lei nº 13.200, de 1999, art. 2º).

A referida lei é a principal norma jurídica que permitiu a elevação dos salários dos Deputados Estaduais mineiros aos níveis recentemente divulgados pela imprensa, sendo utilizada ainda, à luz de informações que tenho recebido, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Não posso aceitar que a Constituição Federal seja desrespeitada e, mais ainda, que sejam mantidas 'brechas' legais que permitam a existência de altos salários no Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público mineiros e, por este motivo, não vejo outra alternativa que não recorrer a V. Exa. para solicitar seja proposta, pelo PT, a competente ação direta de inconstitucionalidade, na forma do disposto no art. 103, VIII, c/c o art. 102, I, "a", ambos da Constituição Federal, para que o salário dos Deputados Estaduais mineiros seja disciplinado por lei, e não por resolução.

Estou certa de que o requerimento que encaminho a V. Exa., além de ter como princípio orientador a necessidade de respeito às normas constitucionais, deixará claro, perante toda a sociedade brasileira, que o verdadeiro compromisso do PT é com a transparência e a moralidade administrativas.

Atenciosamente, Deputada Maria José Haueisen Freire".

Não resta a menor dúvida de que todos desejamos construir uma nova Assembléia Legislativa. Não é possível que os Deputados deste mandato, tendo a possibilidade de mudar todo um tempo evadido de vícios, de penduricalhos em nossos salários e de temas que comprometem o nosso trabalho, não aproveitem esse momento histórico para fazer a mudança que nos interessa. É preciso que aproveitemos esse tempo para construir uma história nova, em que nós, deste mandato, sejamos lembrados não como pessoas coniventes que encobriram o errado, mas como Deputados que, reconhecendo o seu erro, tiveram a coragem de fazer a mudança, ou seja, o salto de qualidade que tanto interessa a todos. Se esse passado na Assembléia Legislativa, com salários altíssimos e abusivos, nos constrange, está na hora de fazermos uma revisão. É preciso que tenhamos coragem para mudar realmente, e não apenas para fazer de conta que desejamos essas mudanças.

Hoje, foi votada, em 2º turno, rapidamente, a resolução que aborda a questão dos salários dos Deputados. Essa resolução foi votada tão rapidamente que não deu tempo de apurarmos o que de fato estava acontecendo. Não pudemos discutir com mais seriedade e com mais clareza sobre o que aconteceu quando o projeto de resolução foi votado em 1º turno.

Estamos aprendendo muito. Sabemos muito bem que um projeto de resolução não altera e não revoga uma lei aprovada nesta Casa. Refiro-me à Lei nº 13.200, de 1999, que garante todo esse salário abusivo que caiu em nossas contas. Essa lei permitiu todos os penduricalhos que vieram a partir de um tempo que desconheço, mas que foram legalmente aceitos por ela. Nós, do PT, apresentamos um projeto de lei, para que uma lei possa revogar a outra, e não tivemos chance de discutir e de votar esse projeto. Mas esse projeto de resolução foi aprovado em um vapt-vupt.

Desejamos mudar essa situação, apresentando uma lei, a fim de que o abuso, que ocorre sobretudo no art. 2º da Lei nº 13.200, não perdure por mais tempo nesta Casa. Esse artigo foi apresentado de maneira confusa e com as orações em ordem inversa justamente para que muitos não entendessem o que estava escrito, passando batido para a sociedade e até mesmo para nós, Deputados.

O art. 2º diz: "Ficam mantidos os serviços assegurados na data desta lei aos membros dos Poderes e os valores indenizatórios dos serviços não prestados pela respectiva administração, necessários ao desempenho da representação, segundo sua natureza e abrangência". Será que com uma leitura apenas dá para entender? Confesso que tive de ler mais de uma vez para entender.

Chegaram à conclusão de que esse art. 2º propõe que sejamos indenizados por tarefas e trabalhos que não prestamos. Significa que o dinheiro que sobrar, que é do orçamento do Poder Legislativo, será rateado entre os Deputados. E isso é um absurdo, é gravíssimo entre nós. E, mais ainda, esta Lei nº 13.200 dá respaldo aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao Tribunal de Contas. Não foi revogada e nunca será por uma resolução. É por isso que o PT já apresentou um projeto de lei que consegue revogar a Lei nº 13.200. Permanecer apenas com a resolução aprovada aqui hoje é fazer de conta que daqui para a frente vai tudo bem. Sabemos que não é assim. Há em nós todos muita humanidade e, na primeira brecha, há de aparecer quem queira ajeitar as coisas aqui e ali, para que os salários sejam novamente engordados, como o foram ao longo da história.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte) - Ilustre Deputada, no discurso de V. Exa. a situação é colocada como se o seu partido, durante quase 20 anos com representação nesta Casa, tivesse sido surpreendido. Parece que todo o mundo aqui é bobo, que a imprensa é boba, que a sociedade é boba. O PT sempre botou a mão nesse dinheiro e se calou. Agora, a senhora chega aqui como se o PT fosse a limpeza desta Casa. Nenhum Deputado recebeu esse valor mencionado como salário, mas como custeio de mandato, que também pode ficar a zero, a dois, a três. Se for fazer algo correto, o que entendo que já vem sendo feito, não tente tirar os parlamentares do PT, que eram os primeiros a receber, com um discurso hipócrita, falso, querendo enganar a sociedade. Todos sabem que a senhora recebeu, os Deputados do PT receberam. E não foi jogado dinheiro na conta de ninguém, porque, quando entrou aqui, assinou um documento dizendo que poderia receber um salário mínimo ou quanto lhe coubesse de direito. Aliás, quando chegamos nesta Casa, recebemos aquilo que era de direito.

A Deputada Maria José Hauelsen - Deputado, fale mais baixo, aqui não tem ninguém surdo.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte) - A senhora está com medo da verdade? Será que a verdade a incomoda tanto assim? Quando assumimos o nosso mandato, o PT sempre foi o primeiro a receber. Ninguém obrigava os Deputados do PT a receberem. Recebiam porque assinaram o documento. Poderiam ter chegado à Presidência e ter dito que não queriam receber esse valor absurdo para custeio de mandato. Poderiam ter feito isso, mas receberam, caladinhos, durante quase 20 anos, e agora vêm dizer que é errado? E agora vêm dizer os outros Deputados, como se o pessoal do PT fosse ingênuo. Ora, isso aqui não é teatro, Deputada. Ninguém agiu desonestamente. O que recebemos aqui foi colocado pelo Departamento Jurídico e pela Presidência como direito do Deputado. Isso não foi recebido como salário.

A Deputada Maria José Hauelsen - Muito obrigada pela sua intervenção, Deputado. Quero dizer a V. Exa. que não estou aqui posando de vestal nem fazendo referência ao PT como dono da verdade. V. Exa. é pastor e deve conhecer o evangelho muito bem. Lá está escrito: "A verdade vos libertará". Há coisas que me incomodam e incomodam outros Deputados, e há muitos honestos que não estão no PT. Essa verdade que está sendo posta aqui vai nos libertar, está nos libertando. Nesta semana, o evangelho foi aquele do administrador infiel, que V. Exa. conhece muito bem. Quando o administrador se viu em apuros, acertou suas contas, porque queria ficar de bem com o Senhor. Escutei a homilia que o sacerdote fez esta semana. Caiu como carapuça em mim. Entendi muito bem que a maneira como empregamos nosso salário - que foi considerado salário, uma vez que não havia separação entre salário e verba para custeio de ação parlamentar - nos alivia. Senti-me aliviada porque também soube fazer bom uso do salário que recebemos. Nunca neguei que tivesse recebido esse salário. Não é verdade que há 20 anos o PT recebe esses salários, porque o primeiro Deputado do PT chegou a esta Casa em 1983. Em 1991, já o estávamos questionando. Temos um boletim mostrando 29 ações da Bancada do PT, ao longo de dez anos, que queria mudar a situação, mas não conseguimos. Foi preciso que a imprensa tomasse conta do assunto, que nos ajudasse. Esta também já tinha essas informações desde 1994. Em momento nenhum quis colocar o PT como o partido do bem e os outros como do mal. Não sou maniqueísta, Deputado Adelino de Carvalho. V. Exa., quando precisar falar, não precisa gritar tanto. Quando gritamos muito parece que estamos sem argumento. Quero dizer mais: Vamos continuar esta luta. Precisamos demais do apoio de bons parlamentares, de parlamentares sérios - tenho certeza de que estão entre nós, em outros partidos -, para que façamos desta Casa o exemplo da moralidade, do respeito, da responsabilidade e da ética. "Se a vida ensina, sou aprendiz", diz a música popular. Estou aprendendo coisas boas nesta Casa. Aprendi muita coisa boa nesta Casa, mas aprendi que também temos de ter a simplicidade das pombas e a prudência das serpentes. Não estou citando a Bíblia para mostrar conhecimento, porque tenho pouco conhecimento, mas porque sei que V. Exa. é assíduo leitor desse livro, é pastor. E na Bíblia também procuro me inspirar. Nesta Casa, sei que, a cada dia, devemos ter a simplicidade das pombas e a prudência das serpentes, para não sermos engolidos por alguns que conseguem fazer as coisas rapidamente. Às vezes, de maneira ingênua, as aceitamos, sem perceber o perigo que estamos correndo. Vou continuar. Tenho certeza de que vou ter respaldo da minha bancada, de todos os Deputados que têm juízo e bom-senso nesta Casa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Maria José Hauelsen, quero parabenizar V. Exa. por trazer novamente esse tema a Plenário, alertando-nos para algo que é fundamental ser mudado, já que hoje, por unanimidade, a Assembléia Legislativa votou nova resolução, que diz respeito a salário e verba indenizatória, expressando o acordo feito com o Ministério Público. É preciso que, além disso, avancemos no sentido de revogar aquilo que era do passado.

É exatamente isso que V. Exa. está dizendo, ou seja, revogar uma lei que não pode ser revogada por esse projeto de resolução, porque somente uma lei pode revogar outra lei.

Por isso, a Bancada do PT entrou com um projeto de lei que avança em relação ao que aprovamos hoje, repito, por unanimidade, e que está correto. Mas é preciso revogar a lei anterior, a fim de evitar dubiedade sobre essa questão. É isso o que a Deputada Maria José Hauelsen disse. Está mais do que correto. É necessário que isso seja feito. Esperamos ter, como tivemos hoje, unanimidade entre os Deputados, para a votação deste projeto de lei. Palavras e gritos não nos farão recuar da intenção de estabelecer em lei o que é salário, a fim de revogar as leis anteriores que permitiram aquilo que hoje está sendo denunciado. Parabéns V. Exa. por expressar o conteúdo do que precisa ser feito nesta Casa.

A Deputada Maria José Hauelsen - Obrigada, Deputado Rogério Correia. É isso mesmo. Precisamos revogar a Lei nº 13.200, em regime de urgência, para que não fiquemos empurrando com a barriga, até o próximo ano, algo que precisa ser mudado urgentemente. O nosso projeto já está em tramitação, e vamos batalhar por ele.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)\* - Agradeço-lhe esta oportunidade, Deputada Maria José Hauelsen. A fala de V. Exa. é a fala de todos nós, do PT. Reconhecemos, diante do acontecido em um passado recente, que, apesar de todos os esforços, de todas as proposições, encontramos-nos envolvidos em práticas que precisam ser superadas. Nesse sentido, apresentamos as nossas reflexões, olhando para o futuro, desejando e lutando por um futuro diferente e melhor. Entendemos claramente que esse futuro não pode estar ameaçado por uma lei perversa, absurda, pelo modo como está constituída.

Por isso, é decisão da Bancada do PT, que defende a aprovação de uma lei que revoga a Lei nº 13.200, disciplinando o salário dos parlamentares e dos agentes do Estado - caso essa lei não seja revogada, caso não haja vontade política deste Plenário -, usar de todos os instrumentos, inclusive a obstrução, para que a lei seja revogada.

A Deputada Maria José Hauelsen - Muito obrigada. É somente isso o que desejamos, ou seja, a revogação da Lei nº 13.200, porque o resto que está no projeto de lei regulamentando o salário dos Deputados vamos referendar, já que está previsto pelo projeto de resolução. Diz o ditado popular que os brasileiros só fecham a porta depois que a casa foi arrombada. Esta Assembléia Legislativa, se continuar com a Lei nº 13.200, terá suas portas escancaradas para novos rombos. Não aceitaremos essa situação. Queremos mudá-la. Nada mais do que isso. Erramos e reconhecemos o erro. Vamos começar vida nova. Vamos dar um salto de qualidade, sem fazer de conta que desejamos mudar e deixando tudo do mesmo jeito. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, muito antes de ingressar na carreira pública, ainda quando menino pescador, o rio São Francisco e seu principal afluente, o rio das Velhas, lá na minha querida Várzea da Palma, já exerciam um papel importante na minha vida. Barranqueiro amante do Velho Chico, meu olhar sobre o rio adquiriu um misto de tristeza e preocupação com o passar dos anos, ao vê-lo poluir-se com o avanço da industrialização, e, devido à ganância e ao desejo do lucro fácil, suas águas caudalosas perderem forças enquanto rumam ao Nordeste.

A transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste setentrional, orçada em R\$3.000.000.000,00, não vai acontecer, pelo menos no momento, graças a Deus. Por que, então, não usar parte desses recursos para revitalizar a bacia hidrográfica do rio São Francisco? Antes, porém, é preciso que se questione o Governo Federal sobre as origens desses recursos. De onde e como seriam retirados R\$1.200.000.000,00 para investir, nos próximos dez anos, na recuperação efetiva do rio? Na legislatura passada, tive a oportunidade de ouvir o Presidente da República dizer, em pronunciamento feito na nascente do rio, na serra da Canastra, que não mediria esforços para recuperá-lo. No orçamento da União para 2001, dos R\$300.000.000,00 que seriam destinados à transposição, R\$70.000.000,00 seriam para a revitalização do São Francisco. Entretanto, já estamos entrando no mês de outubro, e nem essa pequena verba, pouco representativa no projeto de recuperação, foi utilizada. O pior é que esse valor cai para R\$15.000.000,00 na proposta orçamentária de 2002, demonstrando a falta de determinação e de vontade dos nossos governantes em promover essa recuperação. Nosso temor é que esses pequenos recursos, oriundos do Tesouro Nacional, sejam utilizados - se é que vão chegar a ser utilizados - apenas como paliativos para um mal que precisa, com urgência, ser erradicado, antes de conseqüências que podem ser catastróficas e irreversíveis.

As obras de desassoreamento e de perenização dos seus afluentes são importantíssimas, porque vão devolver ao São Francisco a sua capacidade de atuar como hidrovia. Já tive a oportunidade de apresentar, aqui desta tribuna, as vantagens do transporte hidroviário, pelo que ele oferece em segurança e baixos custos. A hidrovia do São Francisco, no passado, funcionou ligando Pirapora, em Minas, a Juazeiro, na Bahia. Hoje, infelizmente, a navegação de passageiros entre as duas cidades está desativada. Para que isso volte a acontecer, o volume de águas deve ser elevado, o que só será possível com um controle permanente das margens do rio, atualmente degradadas por bancos de areia e pelo desmatamento desenfreado.

Tenho ainda outra preocupação. Com o início das chuvas, o rio tem seu volume de águas aumentado. Essa aparente normalidade representa um sério perigo, na medida em que a

visão das barragens cheias pode esmorecer os já frouxos ânimos das autoridades, apressadas em acreditar que os problemas do rio terminaram. Se isso acontecer, todo o nosso esforço terá sido em vão, e só nos restará o tímido recomeço na próxima seca e a esperança de que o Velho Chico resista mais uma vez.

O Deputado José Braga - V. Exa. me permite?

O Deputado Wanderley Ávila - Com muito prazer, Deputado José Braga, pois V. Exa. também é um barranqueiro. No entanto, gostaria de concluir. Tão logo o faça, passo a palavra a V. Exa.

Como coordenador da CIPE-São Francisco, tive a oportunidade de conhecer pormenorizadamente todos os fatores adversos que atingem o rio e provocam sua deterioração ao longo do tempo. Esses problemas foram discutidos exaustivamente em nossas reuniões da CIPE, sem que uma ação concreta tivesse início, já que estamos sempre esbarrando na insensibilidade daqueles que detêm o poder de destinar verbas para evitar a degradação das águas do rio e promover um intenso e ininterrupto trabalho para recuperação das matas ciliares, para contenção dos desbarrancamentos e para tornar perenes alguns dos afluentes do rio.

Agora, que a visualização dessas verbas está se tornando possível, é chegada a hora de lutar para que os recursos saiam do papel e sejam aplicados urgentemente.

Na semana passada, denunciei o lamentável incidente ocorrido na Semana da Pátria, em Várzea da Palma: toneladas de peixes mortos desceram pelo rio das Velhas, e suas águas exalavam um mau cheiro insuportável, fazendo com que a população da cidade ficasse temerosa de consumir a água, mesmo sabendo que ela passa pela estação de tratamento da COPASA. Louvamos o trabalho desenvolvido pelo Projeto Manoelzão. Em matéria veiculada no "Minas Gerais", no último dia 22, o Secretário de Meio Ambiente, Paulino Cicero, declara que o Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA - vai dar início ao projeto de revitalização da bacia do rio das Velhas, afluente do São Francisco, que, pela sua localização, recebe grande carga de efluentes industriais. Essa notícia traz um alento novo à nossa luta, pois são feitos como esse que aproximam o sonho da realidade.

O Deputado José Braga (em aparte)\* - Em primeiro lugar, quero expressar minha satisfação em participar da fala de V. Exa. nesta oportunidade, uma vez que V. Exa. é um dos Deputados daquela região e, melhor do que nós, conhece os problemas do velho São Francisco. Sabemos, Deputado, que o rio São Francisco, cantado em verso e prosa pelos poetas e cantadores, é vítima não só dos crimes praticados pela sociedade como também da política de esquecimento do Governo Federal. Temos participado de muitas jornadas, desde que chegamos a esta Casa; tivemos oportunidade de estar em outros Estados, com outros colegas, estudando e procurando um caminho, uma solução para a questão da revitalização do São Francisco. E isso tem sido incrementado agora, quando se fala nessa tal transposição, que - achamos - já é uma idéia sepultada.

Então, voltamos a afirmar, diante de V. Exa., aquilo que já dissemos em outras oportunidades, quando estivemos em Pirapora: é preciso que o Governo tenha realmente uma política clara a respeito do rio São Francisco. Sabemos, como sabe V. Exa., que o dinheiro que é necessário para essa importante obra é muito grande e, como disse V. Exa., não sabemos de onde pode vir e de onde há de vir esse dinheiro, já que não existem verbas orçamentárias.

Nossa preocupação, Deputado, é no sentido de que uma obra como essa tem de ter um começo e não tem, nem nas pequenas barragens dos afluentes mais distantes. Não se vai revitalizar o São Francisco ou fazê-lo ser novamente como aquele rio da infância de V. Exa. se não cuidarmos dos afluentes. Como revitalizaremos o São Francisco se não temos oportunidade nem sequer de fazer as barragens nos pequenos e médios afluentes, como a barragem do Jequitaiá e outros, que são importantes para a revitalização? Parabéns a V. Exa. pela importante preocupação. Que V. Exa. tenha sucesso na missão de dirigir a CIPE-São Francisco. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos a V. Exa., Deputado José Braga.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento sério, vindo do homem sério que é e que mostra essa grande preocupação que, infelizmente, tem sensibilizado poucas pessoas, que é a recuperação do rio São Francisco e, de maneira genérica, da bacia do São Francisco.

Por falar em bacia do São Francisco, já que o tema é escasso, gostaria de poder transmitir nosso sentimento com essa primeira expedição da Agência Nacional das Águas, que começou no dia 14, em Bocaiúva, e terminou no dia 25, em Malhada, na Bahia, que é a expedição de recuperação do rio Verde Grande.

Quero tomar a liberdade de ler uma poesia que me foi entregue na cidade de Jaíba e que espelha muito bem o sentimento do povo norte-mineiro com relação à morte gradual do rio Verde Grande, um dos principais afluentes do nosso São Francisco. Essa poesia, que quero encaminhar a todas as escolas públicas de nosso Estado, é de autoria de uma senhora que reside às margens do rio Verde Grande há muitos anos, que a fez em um momento de grande sensibilidade e iluminada por Deus: "Onde nasceste, oh! pobre rio! / Que destino trazes contigo? / Tu que banhas vastas terras de Minas / Tu que alimentas multidões vazias / Onde vais, oh! pobre rio! / Que serpenteia triste e solitário / Com suas águas verdes poluídas / Ainda mas a sede de quem te mata / Contigo levas lixo, esgoto e a vida / Porque de doenças tu sofres também / Silencioso tu pedes por socorro / Morrendo aos poucos, chamas por ninguém / Cadê o homem que te suja as águas / Por que não te socorre nesse momento de aflição? / Ao ver-te agonizante, pálido, quase morto / Não faz nada, piora a situação / Quantas lembranças guardo de ti, oh! pobre rio! / Quão grande eras, quantos peixes tinhas / Como eram densas as matas que te cobriam as margens / Que, como eu, choram de tantas saudades / Prometo, meu caro amigo, abraçar-te junto a mim / Colher-te toda sujeira, contigo voltar a sorrir / Molhar-me-ei nas tuas águas límpidas / Deleitar-me-ei na tua abundância / Porque tu, oh! pobre rio Verde, voltarás a ser Grande / Não te verei mais cortado, mesmo que te fáltem chuvas / Respirarás aliviado, sinuoso continuarás a seguir / Porque Deus paira sobre as tuas águas / E há de proteger o seu porvir".

Veja, Wanderley, o sentimento dessa cabocla, dessa mulher pobre e humilde, que, inconformada com o que está acontecendo com o rio Verde Grande, fez essa poesia, que apresentou às autoridades estaduais e federais. Prometi-lhe, e vou cumprir, que essa poesia chegará a cada escola estadual, despertando esse sentimento e, principalmente, o interesse e a responsabilidade das autoridades que estão deixando o rio Verde Grande, esquecendo que amanhã mesmo pode se dar o mesmo com o nosso rio São Francisco.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos as palavras do Deputado Carlos Pimenta. Também tivemos a oportunidade de participar de uma comissão especial em que pudemos ver a covardia e as atrocidades que cometeram contra o rio Verde Grande. Fizemos projetos, por exemplo, retirando água do rio para irrigar plantação de braquiárias, e há fazendeiros inescrupulosos, que aterram uma vereda para fazer plantação de capim.

Minas Gerais figura como terra de origem do São Francisco, mas a identidade do Rio da Integração Nacional é brasileira. Faz-se necessário, portanto, que o Governo Federal assuma a paternidade do Velho Chico e promova ações definidas e claras para resgatar sua integridade física. Essas ações podem e devem ser custeadas com parte dos R\$3.000.000.000,00 que seriam destinados ao projeto de transposição, por ora adiado. É preciso, portanto, que nós, mineiros, façamos chegar ao Governo da União nosso brado de alerta em prol do rio São Francisco, cobrando da autoridade máxima as promessas feitas no seu nascedouro. Os recursos existem, pois já foram alocados, sendo perfeitamente possível sua utilização nas obras de recuperação de toda a bacia do São Francisco.

Várias vezes este Plenário foi testemunha das nossas denúncias sobre o descaso com o rio São Francisco. Mas vou ocupar esta tribuna quantas vezes se fizer necessário para mostrar a urgência de salvar o rio que, no próximo dia 4, comemora 500 anos de descoberta. Se a sociedade vai levar milênios para recuperar o que destruiu em cinco séculos, precisa começar já, sob pena de, dentro de poucos anos, não ter muito o que salvar. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pastor George\* - Presidente, nobres Deputadas e Deputados, membros desta Casa, órgãos da imprensa, senhoras e senhores, a **Rede Record está comemorando 10 anos de atuação em Minas Gerais. Sua importância como veículo de comunicação se deve à sua luta incansável para mostrar a cultura mineira em suas programações. Sua programação tem realmente promovido o desenvolvimento, no que diz respeito à contribuição que, como veículo de massa, pode oferecer, demonstrando qualidade técnica, prezando pela verdade, mostrando sempre que é isenta e imparcial.**

A TV Record, nas pessoas do seu Diretor Regional, Reinaldo Gilli, de toda a direção e da equipe da TV, com muita propriedade e oportunidade, tem afirmado que sua meta é integrar as várias Minas Gerais através de uma televisão de qualidade cada vez melhor.

A Rede Record Minas tem diversos destaques na programação que enaltecem e promovem a cultura e a informação precisa e verdadeira. É o caso de seu jornalismo, também enfatizado pelas palavras do Diretor: "Vamos manter nosso compromisso com um jornalismo imparcial e eficiente, mas pretendemos também valorizar e divulgar as diversas manifestações culturais que são ricas em Minas".

É inovadora e moderna a pretensão da TV Record de produzir programações voltadas para a comunidade, com participação e produção local. Segundo Pedro Luiz Gonzales, executivo da Rede em São Paulo, "A TV será tão mais nacional quanto mais regional for", pois acredita que é necessário mostrar as nossas diversas culturas e costumes. Também concordo que esta é eficaz maneira de nos conhecermos e informarmos melhor sobre nossa formação e cotidiano cultural.

É de relevo destacar que a Rede Record tem planos de atingir 300 municípios até o fim deste ano. Atualmente é a segunda rede latino-americana a trabalhar com televisão de alta definição e equipamento digital de ponta, tendo em seus quadros funcionais equipe de alto nível técnico. Por isso, mais uma vez, manifesto minhas congratulações por 10 anos de lutas e de conquistas.

Não poderia ser diferente, porque a Record fez e faz parte da história da televisão brasileira. No seu histórico temos que às 20 horas do dia 27/9/53 era exibido um programa musical apresentado por Sandra Amaral e Hélio Ansaldo. Nessa época, só a TV Tupi estava no ar, uma grande concorrente que a Record enfrentou e que, na década seguinte, conseguiria superar. A sorte estava lançada, e a história da emissora que mais contribuiu para a evolução da música popular brasileira estava apenas começando. Equipada com a tecnologia mais avançada para a época, a chegada da TV Record causou impacto na imprensa. O jornal "O Estado de S. Paulo", por exemplo, publicou matéria de página inteira, com o título: "Entra no Ar em São Paulo Uma das Maiores Tevês do Mundo".

No seu início, os programas musicais, como "Grandes Espetáculos União", que era apresentado por Blota Jr. e Sandra Amaral, tornaram-se líderes de audiência em pouco tempo. Além de "shows", a TV Record investiu em telejornais. Mas a programação esportiva acabou sendo um dos grandes trunfos da emissora. Programas como o famoso "Mesa Redonda", criado em 1954 e apresentado por Geraldo José de Almeida e Raul Tabajara, fizeram escola na televisão.

A emissora inovou ao transmitir, ao vivo, partidas de futebol, tornando-se pioneira na cobertura esportiva. Foi a primeira emissora a transmitir, ao vivo, o Grande Prêmio de Turfe do Brasil, em 1956, direto do Jóquei Clube do Rio de Janeiro.

Também no seu histórico na TV Record, o teatro e o humor conquistaram espaço na emissora. Programas como "Circo do Arrelia", "Praça da Alegria", de Manoel da Nóbrega, e a famosa novela "Éramos Seis" fizeram muito sucesso na década de 60. Na linha de "shows", grandes momentos foram marcados pela apresentação de artistas internacionais nos palcos da emissora. Participaram diversas estrelas internacionais, como Louis Armstrong, Bill Halley e seus Cometas, Charles Aznavour, entre outros. A partir de 1965, ocorreu a ascensão da música popular brasileira. O "Show do Dia 7" foi outro importante momento na programação da emissora, apresentando musicais, desfiles de moda, entrevistas e humor.

A emissora estreou o primeiro programa de calouros da tevê brasileira, "A Hora do Chacrinha". Na linha infantil, destacou-se o "Pullman Jr.", comandado por Cidinha Campos e Durval de Souza, que ficou no ar durante 16 anos.

Mas o maior sucesso de audiência da Record, que aqui em Minas completou dez anos, marco na história da televisão brasileira, aconteceu em 1965, com o lançamento de "O Fim da Bossa", apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues. A RECORD revelaria talentos como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Zimbo Trio e Maria Bethânia, além dos já consagrados Agostinho dos Santos, Nara Leão, Vinicius de Moraes, Baden Powel e Maysa.

Depois veio "Bossaudade", apresentado por Elizete Cardoso e Ciro Monteiro. Roberto Carlos já aparecia como revelação quando foi convidado para apresentar o programa "Jovem Guarda". A Record conquistava o primeiro lugar em audiência e passaria a investir fortemente nos valores musicais. Surgiu, então, o II Festival da Música Popular Brasileira, dirigido por Solano Ribeiro.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste momento de apreensão e interrogação por que passa a humanidade, lembrar, para aqueles que viram, conheceram ou simplesmente tiveram notícia de como era o saudável humor que era transmitido pelo programa intitulado "A Família Trapo", constitui um grande alento. Porque foi, sem sombra de dúvida, um capítulo à parte na história da Record. Criado em 1967 e escrito por Carlos Alberto de Nóbrega e Jô Soares, foi o humorístico de maior sucesso da televisão brasileira e, durante três anos, liderou o horário de audiência.

Aqui em Minas Gerais, Sr. Presidente, a Rede Record tem mostrado uma atuação brilhante no jornalismo, cobrindo várias áreas do esporte e da política, sendo um canal de grande utilidade para a população mineira.

Naquele instante, em 1991, quando a Record iniciou-se aqui, a economia mineira estava em ascensão, com grandes investimentos na Capital. Novos centros de compras estavam sendo inaugurados, e uma nova empresa de comunicação de massa tinha tudo para compor esse cenário.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado, quero ter a ousadia de interrompê-lo em seu pronunciamento, porque acredito que a fala de V. Exa. deve ser entendida como em nome deste Poder, desta Assembléia. A homenagem que o Deputado Pastor George faz à Rede Record é das mais legítimas e justas. Quero juntar-me a V. Exa. nas suas palavras, no seu pronunciamento, e dizer que, além de todo esse sucesso da Rede Record aqui em Minas e no Brasil como um todo, com programas de altíssimo nível, como o "Jornal da Record" e alguns programas esportivos, uma das grandes virtudes desse canal de comunicação é sua preocupação com o social. Sou testemunha de documentários jornalísticos importantes, em minha região, feitos pela Record, em que foram denunciadas ao Brasil atrocidades cometidas contra o povo Norte-mineiro. Lembro-me do episódio ocorrido na pequena cidade de Verdelândia, no Norte de Minas, quando denunciámos o surto da fase aguda da doença de Chagas, e a Rede Record deu boa cobertura, filmando as casas de pau-a-pique, caindo aos pedaços, a captura de barbeiros, numa demonstração de que a televisão deve ter compromisso com a verdade e com o social. Temos, no Norte de Minas, uma sucursal da Rede Record, cujos repórteres amigos estão empenhados em mostrar o que está acontecendo.

Deputado Pastor George, cumprimento-o pelo seu pronunciamento, faço suas as minhas palavras e cumprimento essa grande emissora, em meu nome e em nome desta Casa Legislativa, parabenizando-a pelo seu trabalho magnífico em nosso País e em nosso Estado, com destaque todo especial para o trabalho social.

O Deputado Pastor George\* - Agradeço o aparte do nobre colega. São dez anos contribuindo para uma Minas Gerais melhor. O jornalismo da TV Record tem sido sua marca registrada. Um bom exemplo disso é o jornal "Cidade Alerta", assim como o Boris Casoy, um dos âncoras de maior credibilidade do País. Por essas e outras razões, não poderíamos deixar passar em branco esses dez anos que a TV Record completa em Minas Gerais, lutando juntamente com nosso Estado, levantando sua bandeira contra a injustiça e a desigualdade.

Parabenizamos a Rede Record, que, hoje, conta com cerca de 64 emissoras, entre próprias e afiliadas, e centenas de retransmissoras espalhadas pelo território nacional. Que continue sua missão de informar e entreter com ética e cidadania.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Parabenizo V. Exa. Há dez anos, quando Vereador em Belo Horizonte, fizemos uma sessão solene na Câmara, quando do retorno da Rede Record para nossa cidade e nosso Estado. Também sou jornalista e entendo que a Record chegou para marcar espaço com uma nova dinâmica, um novo jornalismo, sério e atualizado, não tentando impor fatos, mas relatando a verdade dos acontecimentos. Parabenizo toda a direção da Rede Record, seus funcionários, lembrando que tevê séria se faz com jornalistas competentes.

O Deputado Pastor George\* - Agradeço o nobre Deputado Durval Ângelo, que nos cedeu sua vez, como sempre acontece. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, ontem participamos de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na



cidade de Nova Lima. Todos sabemos do drama que vivem os mineiros de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e outras cidades da região, com a insalubridade, tão comum na atividade mineradora e que, no caso de Nova Lima, se manifesta de modo mais cruel pela irresponsabilidade da Empresa Mina de Morro Velho. Nesse ato da Comissão de Direitos Humanos só houve uma ausência, a da Empresa Morro Velho. Mas a Comissão de Direitos Humanos recebeu uma carta muito interessante do Presidente da Mineração Morro Velho, Sr. Roberto Carvalho Silva. E a impressão que temos é de que essa carta representa um pensamento de 80 ou 90 anos atrás, quando a Mina de Morro Velho detinha o poder político, econômico e cuidava da segurança dos moradores, amedrontando e agindo como nos velhos filmes de faroeste. A carta possui uma pérola: acusa a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia de estar reabrindo o debate sobre a questão relativa ao problema da silicose. E a empresa manifesta surpresa de uma campanha negativa, como se a Assembléia Legislativa pudesse estar induzindo alguma coisa ao querer ouvir cerca de 2 mil pessoas que estavam no Centro Cultural Morro Velho; como se não fosse função de uma Comissão de Direitos Humanos da Assembléia agir quando solicitada e, principalmente, ouvir a dor e o sofrimento da população. A carta, que dá a impressão de estarmos na ditadura militar, quando a Mina de Morro Velho comandou uma repressão contra os sindicalistas, em que um Deputado, o companheiro Dazinho, que era Presidente do Sindicato da Mina de Morro Velho, teve o seu mandato cassado aqui nesta Casa e, posteriormente, sua prisão e a intervenção do sindicato na cidade, diz: "repudiamos a exploração sensacionalista ...". É uma grave denúncia contra um Poder, dizer que a Assembléia Legislativa, ao ouvir os mineiros, estaria praticando ação sensacionalista. É bom que se diga que, em 1990, a Deputada Sandra Starling reabriu a discussão da questão dos mineiros de Nova Lima. E, naquela época, jovens e idealistas promotores, tendo à frente o Dr. Jacques Campomizzi, hoje Procurador-Geral Adjunto da Justiça, entraram com ação para resguardar os mineiros acometidos com a silicose. E vem aqui essa empresa, tendo claro que estamos retomando uma ação legítima desta Assembléia, dizer que estamos fazendo exploração sensacionalista. E a empresa se acha no direito de repudiar.

Há outra questão gravíssima: além de a carta anunciar a ausência, a empresa alega ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Edson Rezende: "em referência à sua solicitação para visita a uma de nossas minas, informamos a nossa impossibilidade de recebê-lo, em ocasião anterior à audiência pública, conforme o solicitado. Considerando o ambiente de ansiedade que normalmente antecede eventos dessa natureza, podemos interferir negativamente em nossas atividades. Mantemo-nos abertos a fazê-lo em ocasião desvinculada de qualquer outro tema".

Isso é um absurdo. Parece que a empresa Mina de Morro Velho está seguindo a legislação inglesa, e não a brasileira, querendo impedir a visita da Comissão de Direitos Humanos a um local insalubre de empresa que tirou o nosso ouro e levou toda a nossa riqueza para a Europa, deixando aqui os buracos nas montanhas e, mais do que isso, um vazio na alma e uma negritude enorme no pulmão de seus trabalhadores.

A Comissão de Direitos Humanos tomou a decisão de marcar nova audiência, e, se a empresa se negar a receber-nos e a nossos técnicos, solicitaremos força policial, para visitar a Mina de Morro Velho, pois não podemos permitir que uma empresa aja ao arrepio da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, que determina as funções e atividades das nossas comissões permanentes.

Esse foi um fato triste. Repudiamos a carta do Sr. Roberto Carvalho Silva. Ficou-nos evidente o anseio dos trabalhadores das minas de Morro Velho pela vida, por uma aposentadoria digna e pela manutenção de seus direitos. Não querem ter suas reivindicações por uma aposentadoria digna subtraídas por decisão arbitrária de uma empresa que quer remunerar, com R\$8.000,00 e um lote no meio do mato, uma vida de dedicação e de trabalho insalubre que, certamente, gerou muitas riquezas para a empresa Anglo Gold, na Inglaterra, deixando aqui apenas esse vazio para os mineiros e para a economia do País.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte)\* - Deputado Durval Ângelo, considero essa questão tão grave e urgente que gostaria de propor aqui - e farei solicitação formal ao Presidente da Comissão de Saúde - que a Comissão de Saúde e a Comissão de Trabalho e Ação Social se juntassem na defesa desses trabalhadores.

Acompanhei, em diversos momentos, o sofrimento e a angústia dessa gente, que é tão desrespeitada. Esse trabalho deve ser da Assembléia como um todo e, neste primeiro momento, devemos somar ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos os esforços das Comissões de Saúde e do Trabalho, em uma ação coletiva, para mostrar aos trabalhadores de Minas que esta Casa está comprometida com a vida, a saúde e o direito sagrado deles.

O Deputado Durval Ângelo\* - A idéia é boa. Mais do que isso, estamos pensando em aprofundar essa discussão na Comissão de Direitos Humanos, criando a CPI da Mina de Morro Velho, para analisarmos a situação de insalubridade no trabalho de dois mil trabalhadores, que são atingidos pela silicose; a questão de invasão de propriedade particular, já que o trabalho da mina vem causando transtorno a muitas casas particulares - amanhã estarei com essa documentação em mãos -; e também a questão fiscal, para sabermos se a empresa está em dia com o Fisco.

A questão da segurança é um drama. Já houve denúncias de que policiais aposentados estão garantindo a segurança na empresa. Isso é grave, porque o limite entre a segurança privada e pública acaba. Essa idéia das três comissões irem, em conjunto, na próxima semana, à Mina de Morro Velho, é correta.

Trago outra pérola. Um menor, Fabrício Batista de Souza Matos, desfilou pelas ruas de Nova Lima com esta camisa, com os dizeres: "Sabe como ele ficou rico?" No verso está escrito: "Você vota, ele rouba." Em tese, essas palavras poderiam servir para Deputado Estadual, para Governador do Estado, para a política dominante no Senado e na Câmara Federal, para o Prefeito Vitor Penido, e para os Vereadores eleitos em Nova Lima.

Pasmem! Esse jovem foi preso porque estava vestindo esta camisa. E a família teve de pagar fiança para soltá-lo. Foi condenado pelo Juiz que só dá sentença contra os trabalhadores. Já fizemos denúncia contra esse Juiz na Corregedoria do Tribunal de Justiça, quando era Corregedor o hoje Ministro Paulo Medina. Esse Juiz, Dr. Juarez Moraes de Azevedo, condenou esse jovem a pagar multa. A cidade denunciou que esse Juiz teria comprado uma casa da Mina de Morro Velho, subsidiada. Essa denúncia foi entregue ao Dr. Paulo Medina também. Esse Juiz não pôde condenar a empresa para garantir o direito dos trabalhadores atingidos pela silicose, mas pôde condenar um jovem por usar essa camisa. Nova Lima está parecendo uma cidade imaginária dos contos de Dias Gomes, com Paulo Gracindo fazendo o papel de Prefeito. Onde está o direito de liberdade de expressão? Há também o parecer da Promotora, que não gosta de julgar nada referente à questão ambiental contra a mineradora, a favor da condenação do menor que usou essa camisa.

Fica um alerta para a sociedade. Hoje a liberdade de expressão e de crítica é crime e pode dar cadeia. Estamos diante desse absurdo ocorrido na cidade de Nova Lima. Trouxe esse caso para ilustrar e para verem como as instituições estão comprometidas com o poder, com a dominação e com o arbítrio naquela cidade, onde os mineiros acometidos pela silicose são um dos lados desse triste episódio.

A Comissão de Direitos Humanos discutirá esse caso amanhã. Encaminharemos esse caso ao Procurador de Justiça, para que analise a atuação da Promotora, que, nesse caso, deveria defender a liberdade de expressão e a criança e o adolescente, e não contribuir com a sua condenação. Este caso será encaminhado também à Corregedoria. Já conversamos sobre isso com o Deputado Edson Rezende. A voz do povo está sendo calada até em manifestação artística do uso de uma camisa. Esse verdadeiro absurdo exige um posicionamento deste Poder Legislativo e da sociedade mineira. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos acompanhado o trabalho eficaz e brilhante do Reitor da UNIMONTES, Prof. José Geraldo de Freitas Drumond, que se esforça pela expansão da Universidade na região Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. Há algum tempo, Prefeitos faziam nome construindo fontes luminosas. Depois, asfaltando ruas. Hoje estão investindo em educação superior, implantando ramificações das universidades em suas cidades.

A UNIMONTES está compactuando com esse esforço. Na última sexta-feira tivemos a alegria de levar ao Reitor José Geraldo Drumond os pedidos de três cidades interessadas na expansão da UNIMONTES. Uma delas é Almenara, onde já foi implantado o "campus" universitário, compromisso do Governador Itamar Franco e do Vice-Governador Newton Cardoso. O Prefeito Manoel Francisco busca, agora, ampliar a oferta de cursos.

Também na cidade de Pedra Azul, o Prefeito Gerson Oliveira Filho está buscando a oportunidade de implantar cursos da UNIMONTES. Da cidade de Jequitinhonha estiveram, principalmente, companheiros do nosso PMDB, buscando a oportunidade do ensino superior.

A UNIMONTES cumprirá melhor sua missão à medida que se tornar mais presente nas principais cidades da região do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. É a universidade sertaneja, a universidade pé no chão, é a grande oportunidade que tem a região de receber o crescimento do saber, a importância do ensino superior.

Levo nosso aplauso ao Reitor José Geraldo de Freitas Drumond e à sua equipe técnico-administrativa, que tem atuado na direção da interiorização da UNIMONTES nas duas regiões às quais me referi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos estamos acompanhando a política nacional. Com muita alegria, está se firmando, dentro do PMDB, a presença do Governador Itamar Franco como candidato a Presidente da República, a ser eleito nas prévias que acontecerão no mês de janeiro.

No domingo passado, o jornal "O Globo" publicou matéria com o seguinte título: "Itamar É o Favorito dos Peemedebistas para Disputar a Presidência em 2002". E a matéria mostra que, apesar da hostilidade da cúpula do PMDB, o Governador Itamar Franco é o favorito dos convencionais do partido. Itamar, segundo a reportagem, tem a preferência de 50% dos convencionais ouvidos durante o encontro do PMDB, enquanto o Senador Pedro Simon tem 33%, e o Governador Jarbas Vasconcelos, 7%. Nada menos que 98% dos líderes do partido são favoráveis à candidatura própria, e 70% querem o rompimento com o Governo. Destes, 34% defendem o afastamento imediato, e 29% acham que isso deve ocorrer até o final do ano. Isso coloca Itamar Franco como opção válida dos peemedebistas para vencer as prévias. Minas Gerais está aguardando esse momento para dar a vitória à democracia, ao nacionalismo, ao respeito ao Brasil. A vitória de Itamar Franco nas prévias representará a sua posição como candidato a Presidente da República pelo PMDB.

E isso configura ainda a candidatura de Newton Cardoso a Governador de Minas pelo PMDB. Especialmente em nossa região, Norte de Minas e Jequitinhonha, as quais tenho a honra de representar nesta Casa, o nome do Vice-Governador Newton Cardoso tem ampla aceitação e cresce à medida que ele recebe Prefeitos e Deputados e faz um trabalho bem ao gosto da nossa classe política.

Portanto, este é um momento fecundo, quando estamos vendo configurar-se a candidatura do PMDB ao Palácio do Planalto, a verdadeira oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, que é a figura do Governador Itamar Franco. Temos certeza de que, com Itamar para Presidente e Newton Cardoso para Governador do Estado, vamos ter muita confiança na vitória em Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa todos temos falado muito e muitas vezes sobre a questão das estradas federais no Estado. Minas Gerais tem o maior número de quilômetros de rodovias federais. No entanto, estamos vendo claramente que o Governo Federal está propositalmente deixando Minas Gerais com as estradas principais sem reforma. Tem havido mortes e muitos acidentes, mas o Governo Federal, por pura picardia com o Governador Itamar Franco, como se quisesse se vingar nos mineiros por qualquer diferença pessoal, menor, apeguada, com o nosso Governador do Estado, deixa as estradas federais que cortam Minas Gerais na situação em que se encontram.

Quero contar um fato inusitado, Deputado Dalmo, que serve de exemplo para o Poder Judiciário de Minas Gerais. Em Alfenas, a Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa, Juíza de Direito dessa Comarca, teve a coragem de inovar dentro da lei, absoluta e rigorosamente dentro das normas legais. E o Ministério Público de Minas Gerais, num momento de destemor, ajuizou ação civil pública para compelir a União Federal, por meio do DNER, a cumprir sua obrigação de conservação da BR-491, no trecho compreendido entre os Municípios de Areado e Paraguaçu, no Sul de Minas. Um trecho praticamente intransitável, onde já houve mortes e o Governo Federal não reforma, não recapeia, para criar uma situação política contra o Governador Itamar Franco.

O Ministério Público ajuizou essa ação civil pública e ainda pediu a tutela antecipada "inaudita altera pars", para compelir a União a fazer a restauração total dessa rodovia. A Juíza, num momento de grande competência, destemor e grande capacidade jurídica, deferiu o pedido liminar, determinando à União Federal que, no prazo de 90 dias, a partir da intimação dessa decisão, dê início ao projeto de restauração total da BR-491, entre os Municípios de Areado e Paraguaçu, devendo, nesse prazo, ser deplorado o processo licitatório, concluído, no máximo, em 60 dias após a publicação de edital. Para tanto, o referido edital deverá fixar o início das obras em, no máximo, 30 dias após a homologação do resultado da licitação. E mais: a Juíza determinou que, em caso de descumprimento dessa decisão, está fixada multa diária no valor de R\$100.000,00, para ser revertida em favor do Estado.

Sabemos que a União tem prazo em dobro, foro privilegiado e vai recorrer. Mas estou trazendo essa decisão para lembrar que, se todos os Juízes de Minas Gerais, nas comarcas em que trafegam veículos em rodovias federais com péssimas condições, seguissem os exemplos da Dra. Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa, também prolatando sentenças para compelir a União a cumprir sua obrigação, fixando multa diária no caso de descumprimento, que será revertida em favor do Estado, tenho certeza de que o Sr. Fernando Henrique Cardoso, se não tem compaixão para com as milhares de vidas colocadas em risco nas estradas mineiras, por pura picuinha política, terá, judicialmente, o dever de fazer essa reforma.

Desta tribuna, quero parabenizar a Juíza, nobre magistrada, e o Ministério Público, que fez o requerimento da ação civil pública. Por todas as estradas federais seria possível fazer, tranquilamente, ações como essa, para garantir que o Governo Federal cumprisse com o seu dever de reformar as estradas mineiras, como está fazendo em outras estradas de outros Estados da Federação, porque, nos Estados de Goiás, Bahia e outros estão sendo feitas obras de recapeamento, e não há estradas em situação de penúria como estas que estamos vendo em Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Gostaria de parabenizar V. Exa. e dizer que é desse assunto que quero tratar. Acabamos de chegar da cidade de Pouso Alegre, onde participamos de audiência pública conjunta da Comissão de Transporte e da Comissão Especial que vai investigar as rodovias federais, Comissão essa já aprovada e constituída. Lá estivemos, ouvindo vários segmentos do DNER.

V. Exa. tem razão: por 2 horas aproximadamente, discutimos esse assunto do Sul de Minas, ou seja, as Rodovias 491 e 459. E também para isto esta Casa já acatou requerimento de minha autoria, constituindo uma Comissão Especial, de conformidade com o art. 111 do Regimento Interno, de cuja aplicabilidade temos pleno conhecimento: ele fala até em responsabilidade penal, no inciso I, alínea "d". Enfim, já nos debruçamos sobre esse assunto, mas, lamentavelmente, não contamos com a presença anunciada do Ministro dos Transportes, mas de seu assessor, Dr. Sebastião dos Reis, que nos anunciou a possibilidade de R\$20.000.000,00, em um contexto geral de R\$100.000.000,00, para o recapeamento da Rodovia 459, que liga Poços de Caldas a Itajubá.

Assim, quero aproveitar o sentimento que V. Exa. traz a esta Casa para dizer que já temos uma Comissão Especial para discutir matéria dessa natureza. O que precisamos agora é do pulso firme de uma magistrada no Ministério Público, e tenho certeza de que essa Comissão irá fazer reivindicações e cobranças ao Governo Federal não somente quanto à 451 e a 459, mas também, com o mesmo sentimento, quanto a outras rodovias federais. V. Exa. pode ter certeza de que, no prazo de 60 dias, nossa Comissão estará com seu relatório cumprido, para que possa ser executado. Parabéns, ilustre Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, lembrando que também a BR-135, entre Belo Horizonte e Montes Claros, encontra-se em péssimas condições e que devemos tomar uma atitude, assim como reivindicamos do Governo Federal o asfaltamento da rodovia entre Almenara e Salto da Divisa, que se encontra inacabada, com graves prejuízos à nossa comunidade.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)- Na certeza de que o Deputado Sargento Rodrigues poderá aguardar mais 1 minuto para apartea-lo, gostaria de falar sobre um requerimento que estamos apresentando, para que V. Exa., os demais presentes e todos os que nos acompanham pela TV Assembléia tenham idéia do absurdo que está ocorrendo. O DNER, por meio de publicação no diário oficial do dia 1º/6/2001, cancelou a atividade da JARI, que era a comissão que examinava os recursos dos que haviam sido multados, principalmente pelos radares nas rodovias federais. Com o fim da JARI, quem está julgando os recursos é o DNER e o próprio Consórcio Rodovida, o que quer dizer que 90% dos recursos estão sendo indeferidos. Isso é muito grave, porque as pessoas estão ficando sem defesa. Em outras palavras, com o fim da JARI, quem é responsável pela multa é que está fazendo o julgamento. A meu ver, isso é abusivo, covarde e é mais um dos atos que estamos acostumados a ver por parte do Governo Federal. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de parabenizar o Deputado Luiz Tadeu Leite por suas palavras e complementar a fala do nobre Deputado Alberto Bejani, que presidiu a Comissão Especial das Multas, da qual tivemos a honra de ser relator. Gostaria de deixar claro que, em nome do povo mineiro, colocamos nosso gabinete novamente à disposição e temos certeza de que V. Exa. agirá da mesma forma. O fato que acaba de mencionar é um flagrante desrespeito ao Código de Trânsito Brasileiro, que, por sinal, é novo e que, em seu art. 180, § 2º, prevê que a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI - é a instância julgadora onde o cidadão notificado poderá ter seu recurso apreciado, e nunca, o DNER nem, muito menos, a empresa Consórcio Rodolucro - essa era a expressão que usávamos na Comissão Especial das Multas, porque visa única e exclusivamente assaltar o bolso do cidadão e, pior ainda, como deixamos claro, com a conivência do DNER, que é um órgão federal.

Posso deixar claro que, se qualquer cidadão quiser se dirigir ao meu gabinete ou ao de V. Exa., estaremos prontos para, em nome desse povo, impetrar mandado de segurança para garantir direito líquido e certo amparado pela Constituição Federal, previsto no que diz respeito ao amplo direito de defesa e do contraditório. Como um cidadão pode enviar recurso ao mesmo órgão que o notificou? A JARI tem que existir como Junta Administrativa de Recursos de Infrações autônoma, independente do DNER, para que possa fazer um julgamento à altura. Dessa forma, por analogia, podemos entender que estamos vivendo o que vivemos no Governo militar. O AI-5 concentrou todos os Poderes nas mãos dos

Generais que presidiam o País. Naquela época, não existia a competência judiciária. A JARI deixa de existir, e eles mesmos vão fazer o julgamento dessas multas. Não podemos aceitar isso de forma alguma. Tivemos a oportunidade de juntos percorrer estradas, ouvir vários cidadãos e não podemos permitir, em hipótese alguma, que o DNER faça das estradas federais que cortam Minas Gerais estradas sem leis, que não passem por nossa fiscalização. Apesar de ser rodovia federal, ela cruza este Estado. Se cruza este Estado, temos que estar atentos. Quero parabenizar V. Exa. por seu requerimento. Estaremos atentos nessa empreitada junto com V. Exa., assim como estivemos no primeiro momento.

Aproveitando o aparte que o nobre Deputado Luiz Tadeu Leite me concedeu, gostaria de destacar mais uma vez o que a violência vem fazendo no nosso Estado com a questão da segurança pública, que vem sendo colocada em xeque. Temos notícia de que o 2º-Sarg. Luiz Carlos Pereira da Costa, Comandante da Guarda do 2º Batalhão de Juiz de Fora, com 40 anos de idade, três filhos, foi barbaramente assassinado na cidade de Juiz de Fora, morto por uma quadrilha que o colocou dentro do porta-malas do seu próprio veículo e ateou fogo.

Quero parabenizar o Delegado Rui de Paiva Leite e a equipe de detetives da Delegacia de Crimes contra a Pessoa de Juiz de Fora, que efetuou a prisão dos marginais que praticaram um crime tão bárbaro. A matéria diz que um dos cidadãos envolvidos na morte do Sargento disse: "Isso que está aí dentro é polícia, não vale nada!". Ou seja, essa é a visão que um marginal tem da autoridade policial. Sabendo que era polícia, fez questão de frisar: "Isso não vale nada". Não podemos permitir que situações como essa venham a se repetir da forma como vêm se repetindo.

Além da morte do Sarg. Luiz Carlos, que faço questão de deixar registrada nos anais desta Casa, tivemos também notícia da morte do Soldado Edimar Rodrigues da Silva, 36 anos, casado, pai de dois filhos, do 4º Batalhão de Uberaba. Tinha 15 anos de polícia. O Soldado estava em frente à sua casa, de folga, e foi barbaramente assassinado com nove tiros por dois indivíduos que conduziam bicicletas.

Quero dar os parabéns à TV Alterosa, que trouxe grande destaque para o fato em matéria a que tivemos a oportunidade de assistir. Infelizmente, tivemos a perda de mais um companheiro. Toda vez em que isso acontecer, farei questão de vir a esta tribuna para registrar não só a violência, mas a ameaça a pais de família que estão sendo sacrificados, defendendo a sociedade e o povo de Minas Gerais. Muitas vezes, esses mesmos policiais são vítimas também de execração pública, vítimas de linchamento moral por parte de pessoas que, muitas vezes, sem compreender a ação policial ou sem fazer apuração rigorosa dos fatos, trazem o assunto à tona, muitas vezes intimidando a ação da polícia. Não podemos deixar que isso aconteça.

Agradeço o aparte concedido pelo nobre companheiro Luiz Tadeu Leite para fazer esse registro. Mais uma vez tivemos perdas irreparáveis, como foram os casos do Sargento de Juiz de Fora e do Soldado Edimar, em Uberaba.

Nobre companheiro Luiz Tadeu Leite, gostaria de encerrar as minhas palavras manifestando às famílias desses policiais militares, à família de Juiz de Fora e à de Uberaba os meus pêsames. Quero dizer aos companheiros da PMMG que, enquanto aqui estiver Deputado, estarei fazendo o registro desse tipo de violência.

Não estamos aqui prontos apenas para apresentar projetos visando melhor segurança pública, como foi o projeto dos arquivos criminais de acesso comum às duas Polícias. Felizmente, hoje, registrei, no jornal "Estado de Minas", a afirmação de que, se não fosse esse projeto de nossa autoria, sancionado pelo Governador Itamar Franco, as Polícias Militar e Civil deixariam de receber R\$23.000.000,00 do Governo Federal. Ou seja, o projeto que viabiliza a integração das ações e das informações dos arquivos criminais foi capaz de fazer com que a verba chegasse ao nosso Estado.

Fica aqui mais uma vez registrado nos anais da Casa o nosso repúdio à violência e à ação de bandidos covardes, que praticaram atos tão brutais como nos casos de Uberaba e de Juiz de Fora. Muito obrigado a V. Exa.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Agradeço ao nobre Deputado Sargento Rodrigues.

Finalizando, Sr. Presidente, faço um apelo ao Ministério Público, através dos Promotores e Procuradores, e também ao Poder Judiciário mineiro para que enfrentem essa realidade. Vamos ajuizar ações civis públicas nas comarcas que são servidas por rodovias federais em péssimo estado de conservação, para compeli o Governo Federal a reformar essas estradas, sob pena de multa diária com foro fixado pelo Poder Judiciário. Isso vai barrar e empurrar o Governo Federal para cumprir sua obrigação de dar manutenção adequada às estradas federais que cortam o nosso Estado de Minas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Sr. Secretário "ad hoc", Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, senhores das galerias que nos visitam hoje e telespectadores da TV Assembléia - que criamos há cinco anos, para mostrar o trabalho da Casa, dos Deputados, desta assessoria brilhante da Presidência e dos companheiros jornalistas que cobrem a Assembléia -, subo a esta tribuna como Presidente da Comissão Especial das Máquinas "Off-Line", que, desde abril do último ano, deixaram de ser legalizadas. Nessa situação, deixaram de arrecadar para os cofres públicos uma média de R\$3.000.000,00 por mês.

Volto a falar sobre esse assunto, já que estivemos no Estado de Goiás, onde há as mesmas máquinas que estão funcionando hoje, em Belo Horizonte e em toda Minas Gerais, sem arrecadar um centavo para o Governo. Lá, existe essa arrecadação. Recentemente, estivemos visitando o Estado do Espírito Santo, onde também se acompanhou a regulamentação que havia e onde as máquinas estão funcionando normalmente, arrecadando para os cofres públicos do Estado. Tivemos notícia de que também em Belém no Pará há essa arrecadação. Na próxima semana, vamos a uma fábrica de máquinas "off-line" interativas, em Joinville, Santa Catarina, para ver seu funcionamento.

Não entendo por que, em Minas Gerais, todas as máquinas estão funcionando normalmente, mas sem arrecadar um centavo para os cofres públicos. O Estado deixa de arrecadar R\$3.000.000,00 por mês, que poderiam ser aplicados no social. Mas isso não é novidade. Novidade é o acórdão do Desembargador Orlando de Carvalho, exarado nos embargos de declaração impetrados por DRICA - Diversões Eletrônicas. Consta do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado a seguinte conclusão: "Afasta-se de tais máquinas a pecha de jogo de azar, contravenção penal, eis que o uso é previsto pelas leis federal e estadual, mencionadas pelo impetrante". Este acórdão afirma que "Copa 98" não é um jogo de azar, garantindo o que foi declarado pelo Instituto de Criminalística de Minas Gerais, com o aval de mais 16 Estados da Federação. Esses equipamentos não podem ser recolhidos. Registro que esse acórdão obteve voto favorável dos Desembargadores Antônio Hélio da Silva, Garcia Leão, Pinheiro Lage, Abreu Leite, Paris Peixoto Pena, Francisco Lopes de Albuquerque, Lúcio Urbano, Francisco Figueiredo e Murilo Pereira, que acolheram os embargos, sem alteração do resultado do julgamento.

Senhores empresários que acreditaram na regulamentação de uma atividade pela Loteria do Estado, representantes de 486 firmas que trabalharam, pagaram seus impostos e, hoje, estão sendo colocados como contraventores, fabricantes ou operadores de máquinas de azar, isto é um alívio para todos. Cabe à Loteria regulamentar a atividade, devolvendo aos 486 empresários o seu direito adquirido, retirando de Minas Gerais as máquinas que vieram de outros Estados, onde era legalizada a atividade.

Hoje as máquinas estão aí. Outro dia, mesmo sem poder, fizeram a apreensão das 50 mil máquinas existentes em todo o Estado e, naquela época, regulamentadas pela Loteria. Foram para a imprensa dizer que apreenderam as máquinas, mas, de 50 mil, foram apreendidas apenas 120. Ai está a hipocrisia deste Brasil, a falta de vergonha. O Brasil proíbe o jogo, mas o jogo existe. Em toda Minas Gerais existem máquinas fabricadas em fundos de quintal, sem laudo técnico, sem serem avaliadas pelo Instituto de Criminalística.

Como Presidente da comissão que está averiguando essas máquinas, faço apelo ao Presidente da Loteria do Estado para que volte a regulamentar essas máquinas, que tire do mercado as máquinas que estão fraudando os apostadores, que fiscalize, que cobre impostos.

Apelo também à Dra. Heloísa Combat, que está com o processo, para que defina isso, porque desde o dia 1º de abril o Governo perde R\$3.000.000,00 por mês.

Outra coisa que me deixou surpreso foram as manchetes do jornal "Estado de Minas": "Presidente da Loteria, Sr. Patente, acusa a Loteria e a firma Gtech Corporation de dar desfalque de R\$500.000.000,00 na Loteria do Estado de Minas Gerais". "Loteria leva o calote de R\$500.000.000,00 da firma Gtech". São manchetes de um jornal de credibilidade, que todos lemos.

Fui à comemoração dos 79 anos da Loteria do Estado representando o Presidente, Deputado Antônio Júlio, e fiquei surpreso quando o atual Presidente da Loteria, Cel. Mauro, fez o Mestre de Cerimônias chamar as firmas que colaboraram e que iam receber placas da Loteria.

A primeira foi a Totó Bola, cujo contrato foi assinado no Governo Eduardo Azeredo, nos mesmos termos que o da firma responsável pelas máquinas "off-line". A Azulinha recebeu homenagem, e, para minha surpresa e a de muitos presentes, também foi convidada a empresa Gtech, que, segundo o Sr. Patente e o jornal "Estado de Minas", causou um prejuízo de R\$500.000.000,00 à Loteria do Estado de Minas Gerais. O jornal "Estado de Minas" estampa em sua primeira página: "R\$500.000.000,00 de prejuízo", e o Presidente atual da Loteria chama essa firma para ser homenageada.

Irei lembrar o meu ex-companheiro de rádio, o Cafunga: "Será que, neste Brasil, o errado é que é certo?". Uma firma que, segundo o jornal, dá um prejuízo desse valor recebe do Presidente atual uma placa de homenagem. Como podemos entender isso? O telespectador deve estar imaginando que o Deputado Alencar da Silveira Júnior ficou doído. O jornal e o Sr. Patente afirmam que a firma deu um prejuízo de R\$500.000.000,00, e o Presidente atual homenageia essa firma. Dá para entender? Não há como.

Estou solicitando ao jornal a entrevista do Sr. Patente, que lerei na íntegra, e também uma justificativa do Presidente atual da Loteria para essa homenagem.

O Sr. Antônio Francisco Patente foi aos jornais e afirmou a todos o prejuízo de R\$500.000.000,00, para, passados alguns dias, o Presidente homenagear essa firma. Gostaria de entender o fato, Sr. Presidente. Esta Casa tem de se aprofundar no assunto, e, para tanto, trarei a documentação necessária e a matéria do jornal. Como se pode homenagear uma firma que deu tanto prejuízo?

Fica, portanto, registrado o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, feito pelo Desembargador Orlando de Carvalho. Os telespectadores e os Deputados que quiserem tomar conhecimento dele devem encaminhar-se à assessoria de nossa comissão.

Lembro, mais uma vez, o Cafunga: "O errado é que é o certo". Prejuízo recebe homenagem. Colocaram o dinheiro no bolso, e o Presidente atual ainda homenageou a firma. Muito obrigado.

## 286ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 26/9/2001

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, ocupamos a tribuna para prestar justa homenagem ao Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR - localizado junto ao aeroporto da Pampulha, comandado pelo Cel.-Av. Francisco José da Silva Lobo. Essa unidade da Aeronáutica tem prestado relevantes serviços ao Brasil, a Minas Gerais e a Belo Horizonte. Lá são treinados os oficiais que prestarão serviços à FAB. Em visita que fizemos à escola, com outras autoridades, constatamos a forma humana, ética, cortês que é dada ao tratamento entre os superiores, subordinados e servidores civis que prestam serviço àquela unidade. Também é louvável a relação daquela organização militar com a sociedade belo-horizontina. Verificamos que a forma de tratamento dada aos oficiais e aos graduados é única. Isso observamos numa visita que fizemos ao refeitório, onde a refeição é única, seja para o Soldado, seja para o Coronel. Apenas, por questão hierárquica, os refeitórios são separados.

Pude verificar os avanços tecnológicos e as condições de formação daqueles oficiais. E por ser militar da reserva, por ter prestado serviço à FAB por 17 anos, aprendi a amar essa Força, que tem um papel fundamental na integração deste País, junto com as outras armas, o Exército e a Marinha. Mas, pela facilidade de deslocamento, pela rapidez com que pode ocupar espaço com as suas aeronaves, a FAB tem papel decisivo nesse processo de integração do nosso País, principalmente assistindo àquelas localidades que não têm outra esperança senão a de receber medicamentos, médicos e a estrutura necessária para o atendimento das necessidades básicas da população, em muitas regiões deste País, principalmente na Região Norte, que não tem tantas facilidades como o Sudeste.

Então, nesta tarde, queremos pedir que seja consignado nos anais desta Casa este registro de homenagem pelo 18º aniversário de criação do CIAAR, parabenizando o Cel. Silva Lobo, os militares e civis que ali prestam serviço à Nação brasileira, a Minas e a Belo Horizonte. Infelizmente, hoje não pudemos estar lá, às 10h30min, para esses festejos, mas a Assembléia, representante do povo mineiro, quer prestar esta justa homenagem. Solicitamos que o registro desta homenagem seja encaminhado ao Cel. Silva Lobo e aos seus comandados. Parabéns, CIAAR, parabéns, Cel. Silva Lobo, parabéns a todo o pessoal civil e militar daquela organização.

Quero também deixar registrado o trabalho que aquela unidade presta aos meninos de rua de Belo Horizonte. As crianças são contactadas e levadas para o CIAAR, onde são treinadas, educadas e recebem informações e formação nas áreas de higiene, saúde e até mesmo cidadania. Esse trabalho também é feito junto às famílias dessas crianças. É um trabalho maravilhoso do CIAAR. Ficam registradas as nossas justas homenagens, nesta data.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, cobrar, nesta tribuna, que esta Casa, passados os problemas internos, feitas as devidas correções gerenciais e administrativas, imediatamente inicie o processo de revisão da forma de atuação de seus membros. Volto a lembrar que já cobrei nesta tribuna uma mudança, pois ainda existem, apenas de minha autoria, oito requerimentos parados na Mesa desta Casa, os quais não vieram para o Plenário para votação, além dos que já aprovamos e não obtiveram nenhum resultado. Estamos convocando autoridades e pedindo documentos e informações, mas não temos nenhum retorno desta Casa.

Se a nós foi delegada a função de representar o povo, legislando e fiscalizando, precisamos, urgentemente, de instrumentos para exercer essa fiscalização. Fiz, por exemplo, junto com o Deputado João Leite, denúncias a respeito das obras da Pampulha. Comprovamos haver nítidos indícios de uma licitação de cartas marcadas e publicamos, antecipadamente, o resultado nos jornais "O Tempo" e "Correio Brasileiro". Fomos ao Ministério Público, protocolamos as denúncias, e o Promotor informou-nos, via telefone, que, como os indícios eram muito fortes, já estaria agindo; porém, nada aconteceu. Fizemos requerimento à Mesa desta Casa para cobrar uma solução do Ministério Público, mas não obtivemos nenhuma resposta, e o pior é que as obras já se iniciaram.

Se havia indícios de uma licitação com cartas marcadas, comprovados com documentos, entre eles, inclusive, um parecer do Tribunal de Contas, mostrando as diversas irregularidades, por que o Ministério Público não deu resposta a esta Casa? Não foi feita nenhuma ação contra a Prefeitura, ou não sabemos se foi feita, já que não fomos informados, e verificamos que as obras estão acontecendo na lagoa da Pampulha.

A Constituição de 1988 já restringiu sobremaneira nossa competência legiferante, passando a competência para a Câmara Municipal ou para a Câmara Federal, ou seja, nosso Poder ficou limitado em sua capacidade de fazer leis. A fiscalização foi praticamente delegada ao Tribunal de Contas, órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. O Ministério Público, órgão do Executivo, é responsável por ser fiscal da sociedade, mas até agora não nos enviou nenhuma resposta para nossas denúncias. Assim, Deputado Sebastião Costa, ficamos a nos perguntar: para que Poder Legislativo, em uma circunstância como essa?

Legislar cabe à Câmara Federal ou à Municipal, ou a iniciativa pode caber, ainda, ao Executivo. Por outro lado, quando fazemos as leis, não as cumprem o Tribunal de Justiça, como no caso do selo de fiscalização, e o Poder Executivo, como no caso do SIAFI-Cidadão. Se fazemos requerimentos, não vão sequer a votação e, se vão, não obtêm resposta. Se encaminhamos as denúncias ao Ministério Público, não temos solução. O telespectador deve estar-se perguntando: para que Deputado e Poder Legislativo?

Quero deixar, mais uma vez, esse questionamento. Estarei sempre falando a respeito desse assunto, até que a situação seja modificada. Não é mais possível que, em um regime democrático, em que o Poder Legislativo é a garantia da democracia, este Poder seja de tal maneira desrespeitado, sem que tome providência alguma. O Presidente informou-me que virá um pacote ético de modificação de todo o processo legislativo. Imagino que seja com relação aos requerimentos e tudo o mais. Estamos aguardando. Um primeiro momento foi resolver os problemas internos, mas agora temos de resolver esse problema, se não, Deputado Fábio Avelar e Deputado João Batista de Oliveira, faremos o que, aqui, se não podemos legislar e se não temos os mecanismos para fiscalizar? O orçamento é uma brincadeira. Fui a Valadares, ontem, e um grupo de pessoas pediu-me que ajudasse a liberar um recurso que estava no orçamento, relativo à BR-451, se não me engano. Disse-lhe que se tratava de um problema do Executivo. Realiza o orçamento que quiser, pois não está obrigado.

Faço este questionamento, Sr. Presidente. Pediria que a Mesa nos desse uma resposta, pelo menos para sabermos se os requerimentos que aprovamos terão resultados e por que ainda

não entraram em pauta para votação os oito requerimentos pedindo documentos, convocando autoridades e pedindo informações, para que possamos agir e fiscalizar, em nome da sociedade.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoal das galerias e telespectadores da TV Assembléia, na última segunda-feira tive oportunidade de participar de reunião na Associação Comercial de Minas Gerais, que tem homenagem prevista nesta Casa para comemorar o seu centenário de existência e de grandes serviços prestados a Minas Gerais. Causaram-me satisfação imensa os motivos daquela reunião, que trago a público, para conhecimento maior, uma vez que já foi pública.

Reuniram-se, naquela oportunidade, duas fundações que estavam dando as mãos, sob o patrocínio da fundação da própria Associação Comercial de Minas, que tem pouco mais de oito anos de existência. Juntas, convocarão os empresários de Minas Gerais a participarem, por meio de pequena colaboração, uma vez que já estão todos sobrecarregados, inclusive de impostos, pois o nosso País é um dos que mais cobram impostos dos contribuintes. Todos estavam presentes com espírito de solidariedade, com o intuito de arrecadar recursos para ajudar as entidades existentes. Não pretendem criar novas entidades ou construir mais prédios para abrigar jovens, crianças e idosos. Desejam ajudar a realizar plenamente e de maneira humana as ações sociais que algumas entidades vêm executando com dificuldade, mas com seriedade e dignidade, conforme a ética e o espírito solidário cristão. Aquilo nos fez refletir com relação ao poder da sociedade e ao envolvimento da comunidade nessas questões sociais, de acordo com a consciência de que não podemos apenas deixar ao poder público a responsabilidade de solucionar os problemas sociais, apesar de ele ser também responsável e de cobrar os impostos para isso.

Mas tenho ido a essas reuniões e visto, com muita alegria, a preocupação e a ocupação de segmentos da sociedade em dar apoio, para dar formação educacional e melhoria de vida para as nossas crianças, a fim de evitar que, depois, passem a agredir a todos nós. Investir na formação, e não na correção, que é muito mais difícil, mais cara e, às vezes, sem solução.

Um grupo de empresários sob a presidência da Associação Comercial de Minas, na pessoa do seu Presidente, Dr. Artur Lopes, e também da empresária Luciana Lanna, está coordenando essa ação das fundações, para viabilizar recursos e dar cobertura total e completa a essas cinco entidades já existentes, que trabalham na valorização e na promoção social, principalmente de crianças e de jovens. E isso é importante, porque o investimento na educação dessas crianças e desses jovens poderá evitar que realizem agressões à sociedade e depois sejam levados para outras entidades, às vezes governamentais, de repressão e de combate à criminalidade, de onde sairão ainda mais imbuídos desse espírito criminoso que está aumentando a violência nas nossas cidades. Então, parabéns mais essa atividade efetiva dos empresários, comandados pela ACM, através da sua fundação e de parcerias que vêm fazendo com outras entidades.

Outra ação semelhante que outro grupo social da comunidade está abraçando, entendendo que a ação social não é dever só do Governo, é o projeto que visa ao melhoramento da área da saúde em Belo Horizonte e na Grande BH, em 2001. Entidades empresariais, Associação Médica, Associação dos Hospitais, hospitais filantrópicos, Conselho Regional de Medicina, Sindicato dos Médicos e outras entidades ligadas à área da saúde estão se organizando, já estão com um anteprojeto que está se tornando projeto, para desenvolver a competência e a qualidade nessa área. É extremamente importante o fato de a sociedade, não deixando apenas para as entidades médicas nem apenas para o Governo, mas também envolvendo o Governo, estar tomando consciência disso. A partir do momento em que todos os segmentos da sociedade tiverem essa consciência e abraçarem essas causas teremos condições de avançar, de melhorar, de recuperar e mesmo de não deixar que grupos venham a entrar na criminalidade, praticando atos de agressão e violência em relação às pessoas. É um ato de cidadania e de valorização das pessoas investir na qualidade e na ação social da comunidade.

O terceiro assunto que me traz a esta tribuna é a reunião de que participamos na Comissão de Transporte. Tivemos oportunidade de receber o Secretário de Esportes, Sr. Sérgio Bruno, e a sua equipe técnica, que nos relataram todo o planejamento e o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria. Por meio do esporte, conseguimos atingir outros objetivos que ajudam no desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Toda a equipe da Secretaria nos mostrou, por meio de "slides", projeções e explicações técnicas, o trabalho que vem desenvolvendo em parceria com o Ministério dos Esportes, tão bem dirigido pelo mineiro Carlos Melles, que é Deputado Federal. Queremos aplaudir essas iniciativas. Sou amante do esporte e creio que ele pode fazer muito pelas crianças e pelos jovens, tirando-os da criminalidade, da violência e das drogas.

O Secretário tem um planejamento estratégico muito bem fundamentado dentro dos poucos recursos que o Estado e a União reservam para sua Pasta, sabendo dar-lhes uma boa destinação, recebendo, por isso, um retorno social extraordinário. Por meio do esporte, está-se conseguindo garantir melhor alimentação para um grande número de jovens que participam das promoções esportivas da Secretaria. Com a melhoria alimentar, melhoram também a saúde e o desenvolvimento da criança e do jovem, além de haver melhoria na educação escolar, já que o esporte também é usado em promoções nas escolas. São vários projetos e programas esportivos que envolvem os jovens que estão nas escolas, promovendo socialmente a juventude e a infância.

Finalmente, há a questão profissionalizante, que é outro objetivo que a Secretaria tem buscado e alcançado. Quero parabenizar o Secretário e toda a Secretaria pelos resultados. A Secretaria de Esportes, juntamente com a Polícia Militar e as Secretarias da Segurança Pública e de Justiça, trabalha com os presidiários, que estão confeccionando bolas, redes e uniformes para a prática de esportes. Os presos recebem pelas bolas que costuram, pelas redes que fazem. Além de ganharem financeiramente, ganham também um dia a menos em sua pena para cada três dias de trabalho. Essa é uma promoção social que a Secretaria de Esportes também está conseguindo fazer para a nossa sociedade, principalmente para os presidiários. Esse trabalho é digno de nota, de reconhecimento e de agradecimento, porque a Secretaria está dando aos presos a condição de se profissionalizarem. Futuramente, quando o detento deixar o presidio, poderá ter adquirido uma profissão para trabalhar fora do presidio.

Muitas sugestões saíram dali. Vamos examinar, modificar e atuar sobre o orçamento. Temos de olhar com muito carinho os recursos destinados ao esporte, porque está agindo nessas quatro bases importantes, ou seja, na alimentação, na saúde, na educação, na formação profissionalizante das crianças, dos jovens e dos adultos, além da promoção social da terceira idade.

Eram esses os assuntos - de suma importância - que optei por abordar. Os dois primeiros envolvem grupos sociais preocupados em melhorar a condição social do nosso povo mais carente, porque só assim teremos uma sociedade mais justa, equilibrada, capaz de respeitar a cidadania. Quanto à Secretaria de Esportes, percebo que vem sendo bem conduzida pelos seus dirigentes e pelas mãos hábeis, pela inteligência, competência, pelo trabalho organizado estrategicamente, bem definido e dedicado do Secretário Sérgio Bruno, tão bem indicado pelo Governador Itamar Franco. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, é do conhecimento de todos o empobrecimento do setor agropecuário em todo o País, de modo muito particular da área mineira da ADENE, ex-SUDENE, visto que a pecuária - principal vetor da economia daquela região -, foi empobrecendo ao longo do tempo, porque os produtores rurais, para conseguirem sobreviver e sustentar suas famílias, foram diminuindo o seu rebanho, abatendo suas matrizes.

Esta Casa, como sempre, está atenta a todos os problemas de Minas Gerais e, de modo particular, aos das áreas emergentes e sofridas dos vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Venho a esta tribuna para solicitar ao Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, que designe comissão para ir a Brasília solicitar providências do Ministro Pratini de Moraes. Para tanto, apresento o seguinte requerimento. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve solicita a V. Exa., nos termos do art. 115 do Regimento Interno, seja constituída comissão de representação desta Casa para ir a Brasília, a fim de propor ao Sr. Ministro da Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, em audiência, que interceda junto ao Conselho Monetário Nacional, para que determine ao Banco Central que baixe uma resolução autorizando a concessão de financiamento de investimento a produtores rurais das regiões Norte e Nordeste do Estado, ambas inseridas na área de abrangência da ADENE, ex-SUDENE, para retenção de crias e matrizes bovinas, ao amparo de recursos obrigatórios - MCR 6-2 -, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 31/12/64, e dos art. 4º e 14º da Lei nº 4.829, de 5/11/65."

Sr. Presidente, o que nos motivou, além de conhecermos a realidade de nossa região, é que o Sr. Ministro conseguiu com o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional a Resolução nº 2.885, com o seguinte teor: (- Lê:)

"Dispõe sobre financiamento para retenção de crias e matrizes bovinas, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31/12/64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30/8/2001, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida lei, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5/11/65, resolveu autorizar a concessão de financiamento de investimento a produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul, para retenção de crias e matrizes bovinas, ao amparo de Recursos Obrigatórios".

Vejam que o Ministro, que é gaúcho, preocupado com a situação do Rio Grande do Sul, que é muito melhor que a nossa, representantes do Norte e Nordeste de Minas, sobretudo dos produtores, consegui, no último dia 30, que o Banco Central abrisse linha de crédito para que os produtores do Rio Grande do Sul pudessem reter as suas crias e matrizes bovinas. Isso nos faz ver que o Ministro tem seus olhos apenas para a Região Sul do País, a qual representa tão bem, já que é Deputado Federal, e se esquece do Norte, do Nordeste do País, mas, sobretudo, do vale do Jequitinhonha e do Mucuri, que vivem eternamente uma crise climática, onde, muitas vezes, os produtores rurais têm que vender as suas matrizes. (- Lê:)

"As regiões Norte e Nordeste de Minas registram os menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, alguns deles comparáveis aos mais baixos do mundo.

A atividade econômica predominante nas duas regiões é a pecuária bovina, uma vez que o processo de desenvolvimento industrial ainda não alcançou efetivamente o Norte e o Nordeste do nosso Estado.

Nos últimos anos, a deficiência de chuvas registrou índices alarmantes, o que levou o Governo Federal a declarar a quase totalidade de seus municípios em estado de calamidade pública (Portaria 198, de 8/8/2001)".

Se o Governo Federal reconhece esse estado de penúria, inclusive declarando o estado calamidade pública de seus municípios, nada mais justificável que nos dê meios de sobreviver.

"Como consequência do rigor da seca, houve significativa perda de pastagens e brusca redução do rebanho bovino, que repercutiram de forma extremamente danosa nos ganhos dos produtores, com repercussão negativa em toda a economia local".

Diante da extensão do problema e da ausência de alternativas reais, objetivando a recuperação da pecuária bovina dessas duas regiões do Estado, estamos propondo que o Conselho Monetário Nacional determine ao Banco Central emitir essa resolução.

Sr. Presidente, para isso estamos propondo a criação de uma comissão de representação, com a participação de Deputados de diferentes partidos com assento nesta Casa, para defendermos em audiência, em Brasília, a necessidade de que o Sr. Ministro da Agricultura interceda junto ao Conselho Monetário Nacional, a fim de determinar ao Banco Central a emissão de tal resolução. Já existe esse precedente, conforme acabei de ler. A Assembléia Legislativa, mais uma vez, precisa assumir posição firme e determinada para impedir que o Norte e o Nordeste de Minas sejam discriminados, mais uma vez, e que a seca impiedosa que sistematicamente está a impor à nossa população seguidos infortúnios fique sem merecer ações reparadoras por parte do Estado e da Federação. Não podemos nos curvar à insensibilidade e tão pouco aos entraves burocráticos que estão sempre a impedir que se façam intervenções em favor da população pobre de Minas Gerais.

Contamos com o apoio e a solidariedade dos nobres pares desta Casa para que essa comissão seja constituída o mais rapidamente possível e possamos ir a Brasília, não só para pedir, mas exigir que o Ministro da Agricultura e o Banco Central dêem condições aos produtores rurais do Norte e do Nordeste de Minas para continuar com sua atividade produtiva. O parlamento mineiro, mais uma vez, se levanta diante das injustiças e, sobretudo, diante dos problemas que afligem a população de Minas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, assim como aconteceu durante o episódio em que estávamos excluídos do Projeto Alvorada e esta Casa se levantou e fez ver ao Governo Federal que estava praticando injustiça contra os municípios mineiros, mais uma vez iremos a Brasília, a fim de mostrar ao Ministério da Agricultura e ao Banco Central que têm que olhar para Minas Gerais e, sobretudo, para as regiões mais carentes, com mais justiça, critério e boa-vontade, para que possamos continuar a colaborar com o desenvolvimento socio-econômico do nosso Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhores que visitam nossa Assembléia no dia de hoje, imprensa, ocupo esta tribuna para discutir e defender dois projetos de nossa autoria, um deles constando na nossa pauta de hoje, exatamente para demonstrar o efetivo trabalho que aqui fazemos. Para aqueles que dizem que Deputado só cuida das questões de filantropia, seria muito bom que a imprensa divulgasse, também, o trabalho que fazemos. Para que tenham uma idéia, apresentei a esta Casa nada mais, nada menos do que 38 projetos, além daqueles de declaração de utilidade pública. Alguns se tornaram leis, como, por exemplo, o projeto que doou, em definitivo, um terreno para a construção do "campus" da UEMG, especificamente no bairro Cidade Nova.

Na pauta de hoje está nosso Projeto de Lei nº 1.351/2001, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer o calendário estadual de eventos culturais e turísticos.

Em 1986 tive oportunidade de estar à frente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Belo Horizonte. Naquela época, a Secretaria de Cultura era vinculada ao turismo, e sob sua coordenação também estavam a própria BELOTUR, os museus e o Teatro Francisco Nunes.

Desde então, venho acompanhando as questões culturais, especialmente as de turismo, em nosso Estado. Trabalhamos muito para ter, como temos hoje, uma Secretaria Estadual de Turismo. Tínhamos a TURMINAS, mas isso era pouco para que conseguíssemos incrementar e defender o turismo mineiro. Assim, coube ao Governo Itamar Franco implantar essa Secretaria, que tem à frente o ex-Deputado Federal Manoel Costa, que tem feito um bom trabalho. Apesar das dificuldades e dos poucos recursos, tem conseguido, em primeiro lugar, estruturar a nossa Secretaria e, em segundo lugar, estimular o turismo neste Estado.

E foi pensando exatamente na diversidade cultural turística do Estado que esse projeto foi apresentado. Não canso de repetir Guimarães Rosa: "Minas são muitas". A Minas do Norte de Minas é diferente da Minas do Jequitinhonha, que, por sua vez, é diferente da Minas do Sul do Estado, da Minas do vale do Suaçuí, da Minas do vale do Rio Doce e da Minas da região central. Mas que bom que Minas são várias, porque é exatamente essa multiplicidade, essa heterogeneidade, que nos dá grande diversidade cultural e turística, que pode fazer deste um Estado síntese da Nação brasileira. Hoje foi aprovado um projeto muito importante do Deputado Wanderley Ávila, que o Presidente fará sancionar na cidade de São Roque de Minas, na semana que vem, no dia 4, quando estaremos comemorando os 500 anos da descoberta do São Francisco, na serra da Canastra, naquele município. Para quem não conhece, ali fica a cachoeira Casca Danta, uma das mais belas e maiores deste Estado e deste País. Enfim, as belezas dessas Minas Gerais são inúmeras. E é pensando nisso que estamos propondo esse calendário de eventos na área cultural e na área turística.

O projeto prevê também que em cada município sejam estabelecidos de um a três eventos, que fiquem registrados no calendário oficial do Estado de Minas Gerais. E é bom lembrar que hoje somos 853 municípios no Estado. Portanto, será uma lista enorme, mas importante, porque sabemos que muitos mineiros desconhecem, em primeiro lugar, a própria história deste Estado e a diversidade que aqui temos. Assim, esse calendário será uma grande oportunidade para que possamos propor ações específicas em determinados municípios, que guardam fantásticas relações culturais e turísticas com o Estado e com o País, as quais, muitas vezes, os próprios mineiros desconhecem.

Portanto, Presidente, considero que esse projeto é muito importante, e espero que a imprensa possa divulgá-lo, mostrando que aqui estamos legislando.

Mas quero trazer outro projeto à apreciação dos senhores, nesta semana do idoso, em que a Presidente da Comissão de Turismo, a estimada Deputada Maria Olívia, propõe uma reunião especial para homenagearmos os da melhor idade - hoje, ao invés de terceira idade ou maturidade, dizemos melhor idade. E realmente está na hora de o nosso País entender que, de acordo com a estatística do IBGE, temos um aumento muito grande da população na faixa etária acima dos 60 anos, não só em função do crescimento populacional, mas também porque os casais mais modernos têm apenas um ou dois filhos. Portanto, essa população de idosos tem crescido de forma geométrica, mas, infelizmente, nosso País ainda tem muito poucas políticas públicas para nossos idosos.

Cabe a nós legislar sobre essa questão. Pensando dessa forma, apresentamos o Projeto de Lei nº 1.611/2001, que dispõe sobre a prioridade de tramitação que deve ser dada aos procedimentos administrativos em que figure como parte interessada, direta ou indiretamente, pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

Portanto, ao aprovarmos essa lei, a Assembléia Legislativa dará às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos condições de ter prioridade em relação a suas demandas na área administrativa. Semanalmente, todos nós, Deputados, recebemos solicitações de intervenção junto à Secretaria da Administração para que o Estado pague a essas pessoas a verba retida. São milhares de processos nesse sentido. A partir desse projeto de lei, as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos terão prioridade para receber essas verbas. Essa é a forma de respeitarmos esse grande contingente populacional que tem mais de 65 anos.

Trago à consideração dos Deputados dois projetos e tenho certeza de que o Governador Itamar Franco atenderá a nossa solicitação. Um cria a Ouvidoria de Licitação. No início do Governo Itamar Franco houve muitas denúncias sobre prováveis processos licitatórios do Estado que poderiam ensejar desvio comportamental.

Estivemos com a Procuradora Misabel, procuramos a atual Procuradora Carmem Lúcia e solicitamos que se manifestasse a respeito, para que esta Casa aprovasse o projeto. O projeto já tramitou nas comissões, teve amplo apoio e está apto a ir a Plenário. Isso é importante para termos o acompanhamento de todo o processo licitatório de nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago esses três projetos à consideração desta Casa, em que tramitam mais de 30 projetos de minha autoria. Espero que possamos aprová-los nas comissões.

Apresentei três projetos nesta Casa, na área de acupuntura e terapias afins, para possibilitar a utilização desses serviços no SUS e nos hospitais públicos do nosso Estado. É muito importante aprovarmos esses projetos. Houve reação da classe médica em relação a isso, mas estou tomando o cuidado de demonstrar que não queremos entrar no mérito de como será feita a acupuntura. Queremos que o cidadão comum, especialmente a classe trabalhadora, tenha acesso a esse serviço essencial.

Tive um problema sério de saúde e curei-me através da acupuntura, da qual sou entusiasta defensor. Não sou acupunturista, não tenho sociedade com nada disso.

Se pude ter acesso, se pude pagar um especialista para curar meu problema, por que o trabalhador comum e todas as pessoas não podem ter esse tipo de serviço, que não existe nos hospitais públicos? Todos têm de ter acesso a esse serviço. É uma cultura de mais de 5 mil anos, e está na hora de o Ocidente ver que algumas doenças não são curáveis pela medicina tradicional. Portanto, quero fazer um apelo para que possamos avançar com esse projeto, possibilitando a toda a população, especialmente a mais carente do nosso Estado, o acesso a esse serviço. Srs. Deputados, estou falando de um projeto de minha autoria, que, sem dúvida alguma, ao ser aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador Itamar Franco, irá possibilitar um excelente serviço nessa área.

Fiz questão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de listar em poucas palavras apenas esses projetos, para mostrar o trabalho que fazemos nesta Casa. Além disso, Sr. Presidente, de estar matando a cobra e mostrando o pau, dizendo que apresentei mais de 32 projetos, quero também dizer que estamos fazendo um levantamento das centenas de reuniões que fizemos nos primeiros dois anos nesta Casa, à frente da Comissão de Fiscalização Financeira. Como todos sabem, essa Comissão de Fiscalização Financeira, por sua natureza, é uma das comissões pelas quais tramitam todas as matérias. Por ser uma das últimas na tramitação do processo, essa é a comissão mais procurada. Estou dizendo isso para mostrar que cumprimos também nosso papel de fiscalizadores do Executivo e dos Poderes, através, especialmente, dessa Comissão de Fiscalização Financeira. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

\* - Sem revisão do orador.

## 287ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 27/9/2001

O Deputado Ermano Batista\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, qualquer administrador, minimamente conscientizado sobre a questão da justiça social e do processo de desenvolvimento econômico, sabe que o binômio educação/saúde é de importância fundamental.

No campo educacional, especificamente, culpou-se o regime militar porque deixou, por longos anos, de investir na área. De fato, não parecia ser prioridade para a ditadura a alfabetização e o desenvolvimento educacional – inclusive profissionalizante – do povo brasileiro. Algumas alternativas então implantadas, como o MOBRAL, caíram no esquecimento por atingirem os objetivos de forma limitada. O ensino secundário, antes sinônimo de excelência, sobretudo quando ministrado pela rede de escolas públicas, experimentou visível declínio. E a universidade brasileira entrou em crise que até hoje perdura.

Tudo isso é verdade, e as três décadas perdidas deveriam servir de orientação para que nossos governantes, uma vez redemocratizado o País, investissem pesado na Educação. Mas em Minas Gerais, desafortunadamente, o Chefe do Executivo parece pensar o contrário, haja vista o tratamento que reserva ao professorado. Parece que o ocupante do Palácio da Liberdade não entende que a base do bom ensino são as boas condições que se propiciam aos membros do magistério.

Temos em mãos, muito a propósito, mensagens diversas, mas merece destaque a que nos dirigiu a Professora Vera Lúcia Araújo Leite, da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, da cidade de Machado. Referindo-se à paralisação das aulas, recentemente verificada como greve de advertência, expõe uma série de argumentos que motivam a possibilidade de nova greve. O Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, oriundo do Palácio da Liberdade, não chegou até aqui. Mesmo assim, um plano de origem parlamentar está engavetado por interesse do Executivo. Os salários dos professores continuam defasados e sem perspectiva de reajuste. O atraso no pagamento tornou-se rotina, e a cada mês que passa mais esse atraso fica maior colocando os modestos funcionários em situação de inadimplência. Nas salas de aula, faltam materiais e recursos pedagógicos os mais rudimentares.

Coisa alguma do que a Professora Vera Lúcia pondera é novidade. A estagnação administrativa que atingiu todos os níveis do Executivo mineiro é realidade difícil de aceitar.

Nunca é demais repetir, aliás, que S. Exa. o Governador Itamar Franco se encontra mais preocupado em articular um projeto pessoal de finalidade política, que é chegar à Presidência da República. Enquanto isso, o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação – elaborado conjuntamente pelo Governo e pelas lideranças dos professores há mais de um ano - não foi encaminhado pelo Executivo. Desde outubro de 1995, quando o Governador Eduardo Azeredo concedeu aos professores um reajuste de 67%, em média, sobre a parcela fixa dos vencimentos, nada mais foi feito. O abono de R\$45,00, também concedido pelo Governo Azeredo, deveria ter sido incorporado pela Administração Itamar Franco, e não o foi. A Lei Delegada nº 41, de 2000, que estabeleceu parcela remuneratória complementar, tampouco melhorou a situação dos professores em geral. Ao contrário, acentuou distorções, nivelando injustamente os rendimentos de professores com muitos anos de casa ao daqueles em início de carreira. Em resumo, as perdas do pessoal do magistério estão-se acumulando há nada menos que 6 anos.

Entretanto, nada disso parece ser importante para o Chefe do Executivo mineiro. Carece de importância para ele o fato de que milhares de jovens mineiros em idade escolar estejam sendo prejudicados, e poderão ser mais ainda. Afinal, estamos sabendo que a classe dos professores está cogitando de fazer nova greve de advertência, a partir do próximo dia 2 de outubro, por mais 3 dias. É preciso evitar essa nova paralisação, em um contexto em que todos nós perdemos: perdemos os alunos, perdemos os pais, perdemos os professores, perde, conseqüentemente, a sociedade, o Estado de Minas Gerais. A situação é grave, existe uma fermentação de ânimos que cumpre urgentemente serenar. É necessário que o Sr. Governador dê encaminhamento ao plano de carreira, a exemplo do que já está fazendo com os servidores da área da saúde. É preciso, em poucas palavras, ouvir e atender os professores naquilo a que eles têm direito.

O magistério é uma das profissões mais nobres que existem. Essa nobreza, no caso dos professores mineiros, alia-se ao heroísmo que lhes é exigido para continuar a lecionar. Mas não se pode querer que os nossos professores sejam simplesmente heróis, e sim profissionais competentes e motivados, devidamente remunerados. É por considerar tudo isso que ocupamos hoje esta tribuna, para fazer um apelo: o Senhor Itamar Franco deve sair do estado letárgico em que se encontra, parar de fazer turismo, desperdiçando tempo e dinheiro que deveriam ser gastos governando o Estado, e afrontar a questão. Eximir-se do problema seria apenas mais uma demonstração de irresponsabilidade e falta de compromisso com o bem público, já costume e vício desse Governo. E quando dizemos de imediato, é porque é preciso evitar, a todo custo, essa greve iminente dos professores da rede estadual. É preciso que o Governador entenda, de uma vez por todas, que é preciso atacar as causas do problema, e não, como faz, tentar eliminar os seus efeitos. Está aí o exemplo da paralisação dos professores municipais em Belo Horizonte, com nefastas conseqüências para a sociedade.

No caso da Capital, é inegável que as autoridades municipais não souberam dialogar com os professores para evitar o movimento. Pois esperamos, no caso do Estado, que o Executivo saia de sua inércia administrativa, deixe em segundo plano seus pictóricos exercícios políticos e pense em todos os escolares mineiros, que, se paralisadas as aulas, deixam de aprender e de receber subsídios para construir o Brasil do futuro.

Terminando nossas palavras, gostaríamos de acrescentar que o Governador Itamar Franco, durante sua campanha eleitoral para o Palácio da Liberdade, prometeu mundos e fundos ao funcionalismo e, em particular, aos profissionais do magistério. Profissionalizar a carreira, com um plano que contemplasse melhorias e possibilidades de avanço profissional foi a tecla em que o então candidato Itamar Franco mais martelou. Passados quase três anos, ocorre um fato que seria curioso, se não fosse lamentável: o Sr. Governador nada cumpriu do prometido, e isso nos leva a pensar que ou ele tem memória fraca, ou faltava-lhe sinceridade ao fazer as promessas da campanha. É uma questão a esclarecer, nessa situação conturbada em que o Dr. Itamar Franco coloca nosso Estado, prejudicando seriamente alunos, pais, professores e todos os demais colaboradores da rede estadual do ensino. Muito Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Objeto: prestação de serviços de assistência hospitalar. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do contrato celebrado em 29/4/98. Vigência: a partir de 26/09/2001.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte/Hospital São Lucas. Objeto: prestação de serviços hospitalares de clínica geral, incluindo exames complementares, em regime de internação. Dotação orçamentária: 101101122 0012127 3132. Vigência: 60 meses, a partir de 26/9/2001. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Paulolino Pereira. Objeto: prestação de serviço de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação contratual. Dotação orçamentária: 01.01.031.101.4-123.0001 3132 (301). Vigência: seis meses, a contar de 15/9/2001. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maria Sylvania de Souza Mayrink. Objeto: prestação de serviço de assessoria e consultoria para implantação de projeto de acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação contratual. Dotação orçamentária: 01.01.031.101.4-123.0001 3132 (301). Vigência: seis meses, a contar de 15/9/2001. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Flávia de Barros Godoy Garcia. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011011220012 3132. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura.